

Classificação do Projeto

SHD:

DCAS:

BENEFICIÁRIOS:

ESTRATÉGIAS:

Fundo de Desenvolvimento das  
Nações Unidas para a Mulher

UNIFEM

DOCUMENTO DE PROJETO

Revisão B

Cobertura Geográfica:  
BRASIL

Número de Projeto:

BRA/03/W01-00012616

Área Temática:  
Equidade de Gênero &  
Raça

Total do Orçamento Anterior	US\$ 4,800.000
Total do Orçamento Revisado (Revisão B)	US\$ 1,139.230

**Título do Projeto:** Programa de Apoio a Ações Integradas de Igualdade de Gênero e Raça no Brasil

**Data de início esperada:** Agosto 2003 **Duração:** 2 anos

**Agência Executora:** UNIFEM

**Agência Implementadora:** UNIFEM

**Agências Colaboradoras:** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM); Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

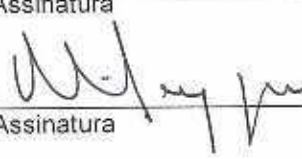


**Fonte de Recursos:** UNIFEM US\$ Não aplicável

**Custos Compartidos de Terceiros:** US\$ 1,139.230

Organização: DFID

**Recursos de Contrapartida:** US\$ Não aplicável

Organização: US\$ (em espécie)

Avaliado e liberado por:			
UNIFEM:	Assinatura	Data	Nome e Cargo
		28.1.05	Noeleen Heyzer Diretora Executiva
GOVERNO BRASILEIRO:	Assinatura	Data	Nome e Cargo
		17/12/04	Lauro Barbosa da Silva Moreira Embaixador, Diretor da ABC
DFID:	Assinatura	Data	Nome e Cargo
		16/12/04	Bo Sundstrom Diretor do Programa de Cooperação Técnica para o Brasil

## LISTA DE ABREVIACÕES

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
BID/	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Ministério da Justiça)
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FBO	Fórum Brasil do Orçamento
FLACSO	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desenvolvimento de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEG	Medida de Empoderamento de Gênero
OIT/	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo
PAISM	Programa de Apoio Integral à Saúde da Mulher
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRIGEPP	Programa Regional de Formação em Gênero e Políticas Públicas.
PROGER	Programa Nacional para Atividades de Geração de Renda
PRONAF	Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNIG	Sistema Nacional de Indicadores de Gênero
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WCAR	Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Similares (Durban, setembro de 2001)

## ÍNDICE

Página	
Lista de Abreviações	2
1. Sumário e Recomendações	4
2. Matriz Lógica do Programa	6
3. Fundamentos do Programa	10
3.1 Antecedentes	10
3.2 Plano de Ação	11
3.3 Abordagem do Programa	14
3.4 Perspectivas	17
3.5 Avaliação	18
4. Implementação	19
4.1 Parcerias	19
4.2 Execução	19
4.3 Insumos	20
4.4 Acompanhamento	20
5. Riscos e Condições Necessárias	20
6. Orçamento	22
6.1 Orçamento – por subprojeto	22
6.2 Orçamento – por linha orçamentária	23
<u>Anexos</u>	24
I. Contexto Social e Econômico	25
II. Termos de Referência	29
III. Coordenação	32
IV. Proposta de Perfis de Projetos	33
V. Plano de Trabalho 2004-2005-2006 e Resultados Intermediários	51
VI. Referências Bibliográficas	54



## 1. SUMÁRIO E RECOMENDAÇÕES

- 1.1 O objetivo global do Programa de Apoio a Ações Integradas de Igualdade de Gênero e Raça no Brasil é interagir com os programas do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM) para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, contribuindo nas ações de combate às disparidades econômica e social, incorporando as dimensões de gênero e raça. O propósito é aumentar a igualdade social mediante o estabelecimento e a implementação de uma estratégia multiinstitucional e integrada, especialmente dirigida às desigualdades de gênero e raça no Brasil. O impacto regional e a ampliação dos resultados serão alcançados por meio do objetivo adicional de apoiar e consolidar o enfoque regional integrado do UNIFEM para a igualdade de direitos sociais e econômicos.
- 1.2 Este programa atingirá seus objetivos com a parceria do UNIFEM, utilizando o conhecimento substancial que essa organização possui sobre o Brasil e sobre o trabalho em prol das mulheres, por meio da construção de parcerias com o governo, a sociedade em geral e outros.
- 1.3 O programa se apoiará no convênio de parceria já existente entre o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido e o UNIFEM, para reforçar o trabalho estratégico e integrado de programação nos níveis nacional e regional. Essa estratégia está alinhada com a estratégia global do UNIFEM, que é selecionar países líderes a fim de desenvolver programas estratégicos. O programa está construído no enfoque de igualdade de direitos do UNIFEM para a justiça social e econômica das mulheres na América Latina e no Caribe, com vistas a assegurar uma troca de experiências e de lições aprendidas entre programas regionais.
- 1.4 O programa se baseará nas oportunidades cada vez maiores de se enfrentarem os preconceitos de gênero e raça, ou seja: no aumento do conhecimento público sobre os direitos da mulher afro-brasileira e da mulher em geral; na criação de políticas e de instrumentos legais; e na crescente capacidade de ação das organizações de mulheres (brancas e negras). Considerando-se que uma das finalidades do programa é integrar o enfoque de raça às ações relacionadas à dimensão de gênero, ele utilizará, como ponto de partida, a capacidade já existente nesse sentido. As ferramentas e a abordagem desenvolvidas também fornecerão um ponto de partida para o trabalho especialmente voltado ao combate do preconceito de raça. Para atingir tal objetivo, o programa utilizará como base as ações do DFID dirigidas especificamente às questões de raça.
- 1.5 O programa admite e entende que os problemas em torno das políticas públicas e do acesso aos bens e serviços são multifacetados e que ainda são frágeis as ações tanto da sociedade quanto do governo. Também reconhece a importância de uma abordagem estratégica e global para incorporar a dimensão de gênero. Para alcançar tal fim, o programa atuará em diferentes níveis: das políticas públicas, da alocação de fundos orçamentários do governo e das mudanças institucionais. Trabalhará tanto com o governo quanto com a sociedade civil para construir e consolidar formas de prestação de contas, visando ao fortalecimento do controle social. Para isso, introduzirá lições aprendidas no trabalho de inclusão social realizado pelo DFID em diversas regiões do Brasil.



- 1.6 O programa compreende uma série de subprojetos interligados que atuam em áreas-chave, tais como orçamento, fortalecimento institucional e políticas públicas. Ações específicas foram identificadas e elaboradas em áreas fundamentais do programa: no acompanhamento do gasto federal e local; no fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.; na análise das políticas públicas e no fortalecimento de mecanismos de controle social.
- 1.7 O programa tem como prioridade os resultados abaixo, que constituem os componentes essenciais da estratégia básica para a integração das dimensões de gênero e raça:
- Gastos públicos dos orçamentos municipais e federais, em determinadas áreas, monitorados e modificados para promover a igualdade de gênero e raça;
  - Instituições fortalecidas para exigir e desenvolver ações que garantam a igualdade de gênero e raça;
  - Políticas e programas públicos que incluam princípios de igualdade de gênero e raça;
  - Consolidação e divulgação das experiências e lições aprendidas.
- 1.8 Para atingir esses resultados, o programa DFID/UNIFEM trabalhará, inicialmente, com uma comissão consultiva das instituições parceiras do projeto. O programa será implementado conforme termo de acordo entre o UNIFEM e o DFID. Ambas as instituições compartilharão *know-how*, acesso a experiências internacionais e inovações nas ações de inclusão da igualdade de gênero e raça, especialmente, nas áreas orçamentárias e de mudanças institucionais. Elas também darão apoio às organizações de base e às do movimento negro e aprofundarão a comunicação com esses organismos, fortalecendo o enfoque de gênero e raça para a superação da pobreza. O DFID e o UNIFEM facilitarão o intercâmbio entre as instituições parceiras do programa, bem como servirão de ligação entre este e programas mais amplos e globais de outras agências internacionais.
- 1.9.. A localização geográfica das ações do programa leva em consideração dois fatores: a necessidade de empreender atividades não apenas no nível federal, mas também no nível local, e a existência de maior número de inovações em áreas onde há concentração de especialistas e experiências em assuntos de gênero e raça. O programa buscará desenvolver parcerias com agências locais que apresentem experiências bem-sucedidas no Norte e Nordeste, para troca de conhecimento e divulgação das lições aprendidas.
- 1.10 O Escritório Regional do UNIFEM para o Brasil e o Cone Sul deu suporte a este programa no período de 2001, 2002 e 2003 com recursos oriundos dos Fundos Belgas e do Programa DESafios, na quantia total de cento e setenta mil, quinhentos e cinquenta dólares americanos (US\$170,550.00). Os Fundos Belgas do UNIFEM apoiaram atividades iniciais de instituições parceiras relacionadas aos temas de orçamentos com a perspectiva de gênero (Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - MDA/INCRA), bem como a elaboração do esquema-mestre deste programa, que incluiu treinamentos e seminários, num total de cento e sessenta mil, quinhentos e cinquenta dólares americanos (US\$160,550.00). O programa procurará estabelecer

laços com outras agências de desenvolvimento e aprofundará a parceria do UNIFEM/DFID com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

- 1.11 O DFID apoiará este programa pelo período de dois anos, que irá até o primeiro trimestre de 2006, a um custo de seiscentas e cinquenta mil libras esterlinas (£650.000).

## 2. MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA

Resumo Narrativo	Indicadores Objetivamente Alcançáveis	Meios de Verificação	Riscos ou Pressupostos
<b>Objetivo Estratégico</b>  Promover políticas e programas que integrem medidas de equidade social no Brasil.	1. Evidências de integração das medidas de equidade social no delineamento e na implementação de políticas públicas.  2. Evidências da participação da sociedade em geral, de movimentos e de organizações no delineamento das medidas de igualdade social.	1. Documentação de políticas, avaliação dos programas e análise do Plano Plurianual (PPA).  2. Relatórios de fóruns de discussões políticas: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); CNPIR; Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico; Fórum de discussão do PPA; Conferências de Políticas para as Mulheres e para a População Negra.	
<b>Resultados Esperados</b>  1. Maior equidade social por meio de uma estratégia multiinstitucional e integrada dirigida à igualdade de gênero e raça.  2. Apoiar e consolidar o enfoque regional integrado do UNIFEM nas políticas de direitos econômicos e sociais.	1.1 Evidências de trabalho conjunto e de lições aprendidas de cinco organizações, ao final de dois anos.  1.2 Gastos governamentais distribuídos mais eqüitativamente.  1.3 Consolidação e coordenação do trabalho dos parceiros-chave.  2.1 Integração das estratégias do programa e dos resultados ao trabalho do UNIFEM no Brasil e no Cone Sul.  2.2 Evidência de planejamento integrado e estratégico em outros escritórios do UNIFEM, particularmente, os da América Latina e do Caribe.	- Relatórios de atividades (seminários, trabalhos conjuntos, oficinas).  - Publicações e produtos conjuntos.  - Relatórios de avaliação mostrando o impacto das ações e medindo os esforços cooperativos.  - Relatórios com os resultados do monitoramento dos gastos governamentais.  - Relatórios de planejamento e avaliação mostrando a integração dos resultados com as lições aprendidas.  - Evidência de experiências e acertos compartilhados com outros escritórios do UNIFEM e a Sede.	Atividades de colaboração são sustentadas por meio das agendas e atribuições das organizações parceiras.



Produtos			
<p>1. Monitoramento e alteração da alocação de gastos municipais e federais dirigidos a determinados temas, para se introduzir nos programas de governo a igualdade de gênero e raça.</p>	<p>1.1 Evidências da utilização das ferramentas desenvolvidas para análise dos gastos municipais em, pelo menos, três municípios.</p> <p>1.2 Evidência de distribuição mais equitativa do gasto público federal em áreas de programas governamentais selecionadas, ao final do programa.</p> <p>1.3 Ampliação das ações de igualdade de gênero e raça no PPA, na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004 e 2005.</p> <p>1.4 Organizações de mulheres informadas e atuantes no controle do gasto público.</p> <p>1.5 Organismos de defesa dos direitos da mulher atuantes no controle dos gastos públicos locais.</p>	<p>- Relatórios de atividades implementadas – seminários e oficinas.</p> <p>- Relatórios de acompanhamento do programa.</p> <p>- Relatório analítico do PPA, da LOA e da LDO.</p> <p>- Relatórios contábeis fornecidos para fins de análise de dotações orçamentárias, bem como relatórios de atividades.</p> <p>- Relatórios sobre metodologias, ferramentas e procedimentos desenvolvidos.</p> <p>- Relatórios de treinamentos realizados.</p>	<p>- Acesso à documentação orçamentária e transparência nos dados sobre os gastos públicos.</p> <p>- Produção e viabilização de acesso a dados desagregados sobre gênero e raça.</p>
<p>2. Fortalecimento das instituições parceiras do programa para se exigirem e desenvolverem ações que garantam a igualdade de gênero e raça.</p>	<p>2.1 Evidências de ações afirmativas e dotação orçamentária a programas orientados para a igualdade de gênero e raça por duas secretarias (SPM e SEPPIR) e um ministério (MDA).</p> <p>2.2 Apresentação, pelo governo e pela sociedade, de alianças fortalecidas com movimentos sociais e outras organizações de combate à pobreza, ao final do programa.</p>	<p>- Plano de trabalho anual.</p> <p>- Relatórios de atividades conjuntas (seminários e oficinas).</p> <p>- Evidências de alianças firmadas.</p> <p>- Relatórios de acompanhamento do programa.</p>	<p>- A administração federal honra o compromisso com os princípios democráticos e de igualdade – e as estruturas de gênero e raça são mantidas.</p>

<p>3. Incorporação dos princípios de igualdade de gênero e raça nas políticas e programas públicos.</p>	<p>3.1 Instrumentos de acompanhamento de políticas públicas implementados.</p> <p>3.2 Movimentos de mulheres negras exercendo controle social das ações do programa de saúde da população negra.</p> <p>3.3 Plano de etnodesenvolvimento executado com equidade e implementado em territórios quilombolas.</p>	<p>- Relatórios de acompanhamento do programa.</p> <p>- Relatórios de atividades de sensibilização e capacitação.</p> <p>- Plano de etnodesenvolvimento elaborado.</p>	<p>- Treinamento de gênero aceito pelos dirigentes.</p> <p>- PPA demonstrando transparência na alocação e viabilização de acesso aos fundos.</p>
<p>4. Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.</p>	<p>4.1 Evidências de integração de métodos, ferramentas, análises e ações por cinco parceiros-chave, ao final do programa.</p> <p>4.2 Metodologias de capacitação em gênero e raça desenvolvidas para apoiar o trabalho dos parceiros do programa.</p> <p>4.3 Integração do tema de gênero e raça em instituições que trabalham com controle do gasto público e orçamento participativo.</p> <p>4.4 Experiências e lições aprendidas consolidadas e divulgadas.</p>	<p>- Relatórios de acompanhamento do programa.</p> <p>- Relatórios de avaliação.</p> <p>- Relatórios das instituições que exercem controle dos gastos públicos.</p> <p>- Relatórios sobre metodologias, ferramentas e procedimentos desenvolvidos.</p> <p>- Publicações.</p> <p>- Documentação das experiências e lições aprendidas do programa.</p>	<p>- Relações de trabalho entre os parceiros sustentadas em diferentes cenários políticos.</p> <p>- Parcerias estabelecidas com organizações e instituições especializadas em análise de orçamento e no acompanhamento do orçamento participativo.</p>



## Atividades

### Produto 1

- 1.1 Desenvolver e aplicar metodologia de análise e monitoramento dos gastos do orçamento público da saúde, em âmbito federal, com a perspectiva de gênero (CFEMEA);
- 1.2 Desenvolver ferramentas para análise e monitoramento do orçamento, em âmbito local, que incorporem as dimensões de gênero e raça (IBAM);
- 1.3 Proceder a análises das contas públicas, em âmbito local, com as dimensões de gênero e raça, e consolidar os resultados em, pelo menos, três municípios (IBAM);
- 1.4 Sistematizar instrumentos, processos e resultados de iniciativas de orçamentos com perspectiva de gênero, com foco na análise, mobilização, institucionalização e participação;
- 1.5 Apoiar ações de mobilização e articulação de organizações de mulheres para monitorar os gastos públicos com a dimensão de gênero, bem como elaborar relatórios periódicos e informes com os resultados da análise do orçamento público com as dimensões de gênero e raça e execução orçamentária e/ou financeira dos programas, ações, projetos e atividades selecionadas (CFEMEA);
- 1.6 Implementar estratégias para influenciar o processo de revisão do PPA e discussão da LOA para a inclusão das dimensões de gênero e raça (CFEMEA);
- 1.7 Realizar oficinas de trabalho para gestoras públicas das coordenadorias/secretarias da mulher, visando a influenciar as políticas públicas e os orçamentos locais (IBAM);
- 1.8 Organizar um seminário internacional, para troca de conhecimentos sobre iniciativas de orçamento com perspectivas de gênero, na América Latina e no Caribe, com representantes do governo, da sociedade civil e de organizações e agências de desenvolvimento internacional.

### Produto 2

- 2.1 Fortalecer a capacidade gerencial e técnica das gestoras públicas, em âmbito nacional e local, nas questões da interseção de gênero e raça;
- 2.2 Desenvolver e implantar o primeiro módulo do sistema de monitoramento de indicadores de gênero, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a SPM;
- 2.3 Produzir relatórios e disseminar informações e indicadores disponíveis sobre a situação das mulheres destinados a utilização por gestores(as) públicos(as) (SPM);
- 2.4 Fortalecer a capacidade das organizações de mulheres brasileiras e redes, incluindo ONGs de mulheres negras, para influenciar mecanismos de prestação de contas.

### Produto 3

- 3.1 Desenvolver e implementar estratégias para a incorporação das dimensões de gênero e raça em, pelo menos, três ministérios (SPM);
- 3.2 Formular políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para as mulheres quilombolas, com a perspectiva de gênero (MDA);
- 3.3 Desenvolver metodologias e ferramentas, com a perspectiva de gênero, para aumentar o acesso das mulheres quilombolas ao crédito e a outros benefícios (MDA);
- 3.4 Empreender esforços para incorporar as dimensões de gênero e raça no Plano Nacional de Saúde (SEPPIR);
- 3.5 Estabelecer cooperação técnica com países africanos para troca de experiências quanto à incorporação das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas (SEPPIR).

### Produto 4

- 4.1 Organizar oficinas de trabalho sobre as metodologias de controle do orçamento público;
- 4.2 Compartilhar ferramentas, melhores práticas e lições aprendidas sobre iniciativas de orçamento com perspectiva de gênero, bem como disseminar estudos sobre gênero e economia entre representantes do governo, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento internacional;
- 4.3 Consolidar e disseminar lições aprendidas quanto à inserção das perspectivas de gênero e raça na formulação de políticas públicas;



- 4.4 Publicar os resultados dos seminários, oficinas de trabalho e estudos conduzidos pelo UNIFEM e parceiros no âmbito do programa;
- 4.5 Organizar curso sobre gênero e macroeconomia;
- 4.6 Organizar seminário virtual sobre gênero e economia (FLACSO/PRIGEPP).

### 3. FUNDAMENTOS DO PROGRAMA

#### 3.1 Antecedentes

- 3.1.1 Constituem antecedentes desta proposta o preconceito e a discriminação existentes e continuados contra as mulheres, os afro-brasileiros e outros grupos, como os indígenas do país (V. Anexo I). As desigualdades de renda, de condições de saúde, de níveis de educação e de oportunidades são extremas e, muitas vezes, arraigadas em diversas políticas públicas e mantidas por falta de implementação de políticas dirigidas especificamente para acabar com os preconceitos e as disparidades. Nesse contexto, o programa reconhece que:
- Existe no país um quadro legal que propicia o exercício do controle social e a exigência de confiabilidade das políticas e programas relacionados ao gasto público;
  - Há organizações de mulheres, movimentos e grupos sociais que exercem um papel de destaque no país, com experiência em defesa da igualdade de gênero e do combate ao racismo;
  - Há uma vontade crescente, por parte do governo e da sociedade, de trabalhar em conjunto na superação das desigualdades;
  - Existem parceiros importantes no governo, como a SPM e a SEPPIR, que têm o propósito específico de promover e defender os direitos das mulheres e combater o racismo.
- 3.1.2 Esforços para aumentar o conhecimento das questões de gênero e raça e para promover a igualdade social, encetados por movimentos sociais e instituições, vêm originando avanços na legislação e nas políticas, resultando, inclusive, nas recentes medidas de ação afirmativa e na criação da SPM e da SEPPIR, cujas titulares têm *status* de ministras. Entretanto, existe a necessidade de se introduzirem as questões de gênero e raça em todas as políticas públicas, de modo a torná-las significativas, bem como de promover a equidade no gasto público, metas que se têm mostrado difíceis de atingir. Os esforços ainda são muito fragmentados, embora haja tentativas de remediar essa situação.
- 3.1.3 A meta comum, partilhada pelo governo brasileiro, pelo DFID e pelo UNIFEM, é a redução consistente da pobreza e da exclusão social, e será atingida em um cenário de maior transparência nas ações do governo. Apoiar essa transparência, assim como aumentar a responsabilidade e o compromisso dos dirigentes públicos pelas políticas e programas que promovem, são o objetivo primordial deste programa. Os preconceitos de gênero, raça e etnia no Brasil estão refletidos no gasto do setor público e nas políticas e programas decorrentes. Existe uma necessidade real de uma maior e mais sistematizada participação dos cidadãos no acompanhamento do gasto público. A consolidação e a coordenação do trabalho com parceiros-chave são fundamentais para suprir essa necessidade.



## **3.2 Plano de Ação**

### **Governo Brasileiro**

- 3.2.1 Como já foi mencionado, existem, no país, disposições legais e formais para se implementar a igualdade de gênero e raça. A Constituição Brasileira de 1988 estipula o acesso universal a todos os serviços básicos e a todas as oportunidades, bem como respeito aos direitos humanos e civis de todos os cidadãos. Com a criação da SPM e da SEPPIR, várias iniciativas têm sido tomadas para incluir a dimensão da igualdade de gênero e raça nos programas de vários ministérios e também como seguimento a Plataformas de Ação e aos compromissos assumidos pelo país, em decorrência de conferências internacionais (Pequim, Cairo e Durban). O Brasil ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), assim transformando em legislação nacional os instrumentos dessa Convenção.
- 3.2.2 O desenvolvimento de padrões e metodologias para o controle social do gasto público está alinhado com várias políticas já existentes. Por exemplo, a Lei Complementar 101, de maio de 2000, estabelece normas para gerenciamento fiscal e ações governamentais – para impor transparência ao desenvolvimento e ao planejamento. O processo de discussão e consulta realizado em 2003 para a preparação do PPA ratifica essa disposição governamental.
- 3.2.3 Programas de ação positiva têm sido estabelecidos em alguns setores, a fim de promover direitos iguais para mulheres, inclusive a participação política. A Lei Nº 9.504, de setembro de 1997, fixou a cota mínima de 30% para cada gênero nos partidos políticos ou coalizões, para as eleições de 1998, e, recentemente, está sendo destinada uma cota para negros nas universidades.
- 3.2.4 A política do atual governo enfatiza a adoção do modelo de administração pública que permite maior controle social, maior transparência, mais proximidade e participação dos cidadãos, bem como a criação de mecanismos para ampliar o debate público em torno do delineamento e implementação de programas e políticas públicas. A focalização em gênero e raça como parte integrante de todos os temas levou à criação da SPM, diretamente ligada à Presidência da República, e da SEPPIR, desenhadas com o propósito de articular seu trabalho com todos os ministérios e programas governamentais.
- 3.2.5 A Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, é o órgão do governo encarregado da aprovação, coordenação e execução dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países e organismos internacionais. Neste programa, seu papel será o de aprovar os projetos, participar do Comitê Consultivo e acompanhar as atividades do programa e os resultados alcançados. Este programa se insere no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Reino Unido.

### **Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID)**

- 3.2.6 O programa dirige-se especialmente às áreas-chave de desigualdade, conforme definido no Plano do País de 2002 e esboçado nas políticas do DFID para combater a desigualdade de gênero e a pobreza. O programa também tem relação com os



objetivos estratégicos estabelecidos no *White Paper* de 1997 – “Eliminação da Pobreza” – e com as “lições aprendidas” delineadas no suplemento sobre políticas, de setembro de 2000, que se refere particularmente à participação social no acompanhamento das ações governamentais. O programa situa-se dentro de duas ou três estratégias do DFID para a América Latina, ou seja, inclusão social e estímulo ao governo para trabalhar pelos pobres. Reconhece a importância da transparência, do compromisso e da responsabilidade, por parte do governo, e do acesso a informações por diversos grupos da sociedade, assim como do trabalho de persuasão e convencimento.

- 3.2.7 O programa baseia-se no enfoque de direitos do DFID, conforme estabelecido no Documento Estratégico (*Target Strategy Paper - TSP*) intitulado “Aplicando os direitos humanos em populações pobres”. Esse documento reconhece não só que os direitos humanos e o empoderamento são fundamentais para que se atinja o pleno desenvolvimento das populações-alvo, mas também que a discriminação de gênero, cor de pele e outras contribuem para a exclusão social e para o aumento da pobreza. O programa também se enquadra em outro documento estratégico do DFID, “Empoderamento das Mulheres e Eliminação da Pobreza”, que reconhece o empoderamento das mulheres como condição essencial para a eliminação da pobreza no mundo e para o respeito aos direitos humanos. Enfatiza, também, que a igualdade de gênero precisa ser incluída em todos os objetivos de desenvolvimento acordados, no amplo processo de governar e de buscar a efetivação dos direitos humanos.
- 3.2.8 O Memorando de Entendimento entre o DFID e o UNIFEM, de agosto de 1999 (Memorando de Entendimento entre o Reino Unido e o UNIFEM para apoiar as atividades permanentes do UNIFEM), a Emenda de 2001 e o esboço subsequente de ações de cooperação servem de base para este programa, ou seja: enfatizar o fortalecimento institucional, as intervenções estratégicas e inovadoras e a documentação das experiências bem-sucedidas e das lições aprendidas. O programa também está alinhado com o desejo de ambas as organizações de aumentar a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul e de partilhar conhecimentos em escala internacional, divulgando para outros países as experiências e lições aprendidas.

#### **As Nações Unidas e o Fundo de Desenvolvimento para a Mulher (UNIFEM)**

- 3.2.9 O UNIFEM, criado em 1979 sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é o resultado do reconhecimento e compromisso das Nações Unidas com as políticas que apoiam o desenvolvimento da mulher como parte integrante e estratégica do desenvolvimento global. O propósito do UNIFEM é a promoção do empoderamento político, econômico e social das mulheres, bem como da igualdade de gênero. O Fundo também age como catalisador dentro do Sistema das Nações Unidas, advogando em prol do diálogo sobre políticas multilaterais de empoderamento das mulheres.
- 3.2.10 A IV Conferência Mundial das Mulheres, ocorrida em Pequim, em 1995, conseguiu obter o compromisso formal da comunidade internacional quanto a uma plataforma estratégica de ação para fortalecer a capacidade econômica das mulheres, incluir gênero nos cargos governamentais e promover os direitos humanos das mulheres (educação, saúde, direitos conjugais e sexuais, combate à violência de gênero). Este programa está inteiramente alinhado com as estratégias e políticas delineadas pelo UNIFEM e outros parceiros para implementar a seguinte plataforma: i) capacitação dos gestores e integrantes das ONGs; ii) fortalecimento das organizações e redes de



mulheres; iii) desenvolvimento de parcerias entre os governos, as organizações de mulheres, o Sistema das Nações Unidas e o setor privado; iv) criação de projetos-piloto e v) construção de uma base operacional de conhecimentos (dados) para influenciar a introdução do gênero em todas as ações governamentais e privadas. O programa também é consistente com o papel do UNIFEM de estimular os governos a honrar os compromissos assumidos em tratados internacionais e com a execução de metas estabelecidas em conferências mundiais das Nações Unidas. O Fundo vem apoiando, igualmente, já há alguns anos, as iniciativas de orçamentos de gênero em vários países do globo.

- 3.2.11 Na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Similares (WCAR), realizada em Durban em setembro de 2001, foi negociado um conjunto de recomendações globais, contemplado no discurso final e no Programa de Ação subsequente. Este declara, na Seq. III, par. 2: "... As políticas e programas dirigidos ao combate do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das intolerâncias similares devem basear-se em pesquisas quantitativas e qualitativas que incorporem a perspectiva de gênero... [e] ... tais políticas e programas devem levar em consideração as prioridades identificadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que sejam vítimas ou sejam submetidos a ações de racismo, discriminação racial, xenofobia ou intolerâncias similares". No Brasil, a interface entre a discriminação de gênero e a de raça torna-se parte fundamental de quaisquer metas para a igualdade social e econômica.

#### **Políticas de Outras Agências e Doadores Internacionais**

- 3.2.12 O Título XVII do Tratado de Maastricht, de 1992, no qual a Comunidade Européia se fundamenta, declara no Art. 130u: "... O desenvolvimento social reconhece a igualdade social e os direitos humanos como pontos-chave para diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento". O Tratado de Amsterdã, de 1997, refere-se, analogamente, ao objetivo da igualdade de gênero e equidade social nos Arts. 2, 3, 137 e 141. O programa está em consonância com as políticas mais recentes, como a que foi endossada em 2001 pela União Européia, enquadrando o gênero em todas as ações, e com as Resoluções votadas, como a de "participação equilibrada de mulheres e homens na vida em família e no trabalho". (União Européia. *Jornal Oficial C 218*, de 31/7/2000, p. 0005, junho de 2000).
- 3.2.13 O documento de políticas de gênero do Banco Mundial (Banco Mundial: *Introduzindo Gênero no Desenvolvimento através da Igualdade de Gênero nos Direitos, Recursos e Voz*. Banco Mundial, 2001) fornece ampla evidência de que sociedades que praticam a discriminação de gênero pagam um alto preço em termos de desenvolvimento e da capacidade de redução da pobreza. O Banco propõe uma estratégia tripla para promover a igualdade de gênero, com as quais este programa está alinhado:
- Reformas institucionais baseadas na noção de direitos iguais para mulheres e homens;
  - Políticas para o desenvolvimento econômico sustentável;
  - Medidas positivas para compensar as persistentes disparidades de gênero.
- 3.2.14 Do mesmo modo, o BID, em sua política operacional BID/PO-761, mostra o aumento cada vez mais evidente da responsabilidade econômica das mulheres e declara que o combate à pobreza dessa classe é uma meta crucial para o desenvolvimento. Além



disso, a política do Banco reconhece que, para as mulheres se tornarem, efetivamente, agentes de desenvolvimento do capital humano, deve-se prestar especial atenção à melhoria de suas condições contributivas, levando-se em consideração suas necessidades, seus múltiplos papéis na sociedade e mudando-se sua situação familiar e econômica.

### 3.3 Abordagem do Programa

- 3.3.1 Este programa utiliza a abordagem dos direitos, na luta por uma sociedade inclusiva na qual todos tenham oportunidade de exigir igualdade em todos os sentidos, levando-se em conta que alguns segmentos sociais sofrem por falta de direitos específicos por serem discriminados ou por seu gênero, ou por sua raça. A discriminação, por si só, é uma forma perversa de exclusão e uma das principais causas da pobreza. Assim, o programa tem como meta principal o trabalho com a sociedade e com o governo, centrando-se em três estratégias básicas, quais sejam: a participação e a inclusão desses segmentos e o apoio a eles na demanda de seus direitos. Espera-se, dessa forma, que os governos se tornem mais sensíveis para ouvir e compreender essa demanda e encontrem respostas efetivas para atendê-la.
- 3.3.2 O programa reconhece que a compreensão da desigualdade de gênero contribui para o entendimento das causas da discriminação e que a considerável experiência nacional e internacional nessa questão fornece um ponto de partida para se combaterem outras formas de desigualdade e discriminação. Este programa vai utilizar não apenas as experiências internacionais bem-sucedidas (estratégias, abordagens e ferramentas) para melhorar a questão de gênero no Brasil, como também vai ampliar essa abordagem para integrar o componente raça nesse trabalho de inclusão social. Finalmente, essa abordagem originará novas estratégias, abordagens e ferramentas que, por sua vez, poderão ser utilizadas em instituições que lidam diretamente com as desigualdades de gênero e raça, bem como adaptadas a suas realidades. A inter-relação entre raça e gênero será apoiada por uma estreita ligação com o programa planejado pelo DFID para enfrentar o racismo institucional.
- 3.3.3 O programa dará suporte a organizações-chave por meio de um trabalho estratégico multiinstitucional e integrado, destinado a corrigir as desigualdades de gênero e raça. Essas organizações parceiras do programa estarão mais habilitadas para exigir e apoiar políticas, programas e gastos públicos que não discriminem mulheres e negros e que tratem de incluir a igualdade social em todos os níveis de atuação. O programa apoiará a ligação dessas instituições com os movimentos sociais, de forma a incluir as demandas das populações pobres e, trabalhando em conjunto com as organizações afro-brasileiras, fará com que estas aumentem sua capacidade individual para assegurar uma coerência nas estratégias de redução das desigualdades sociais e, conseqüentemente, da pobreza no país. O programa prevê quatro produtos a serem atingidos, que se considerarão a seguir.

Produto 1: Monitoramento e alteração na alocação de gastos municipais e federais dirigidos a determinados temas para introduzir nos programas de governo a igualdade de gênero e raça. 3.3.4

Como as políticas nem sempre se traduzem em ações orçamentárias, existe a necessidade de se aumentar a transparência e a responsabilidade do governo em relação aos objetivos da igualdade social e econômica. A sociedade vem estabelecendo mecanismos para exigir maior "controle social", por meio do acompanhamento das decisões relativas aos orçamentos



públicos. Porém, ainda é uma ação incipiente e nem sempre leva em consideração o tema de igualdade de gênero e raça. O trabalho dos peritos brasileiros na análise orçamentária será complementado com a ação de especialistas internacionais em orçamentos destinados às questões de gênero e também de raça e etnia, de modo a gerar metodologias, ferramentas e instrumentos voltados para a ampliação de sistemas de controle social.

Produto 2: Fortalecimento das instituições parceiras do programa para exigir e desenvolver ações que garantam a igualdade de gênero e raça.

- 3.3.5 As questões referentes a gênero e raça ainda não são integralmente contempladas nem nas estruturas, nem nas ações governamentais. Muitas iniciativas em prol da construção da igualdade social ainda são parciais e incompletas, apesar de haver recentes e significativos avanços nessa direção, como é o caso da criação da SPM e da SEPPIR, da ampliação do Programa Gênero e Raça do MDA e da instalação de grupos de trabalhos interministeriais que tratam da transversalidade do assunto de gênero e raça, criados pelo governo atual. Este programa propõe-se a fortalecer a capacidade dessas instâncias, de organizações não-governamentais e de movimentos sociais para integrar e operacionalizar as ações de igualdade de gênero e raça, no âmbito de seus programas e projetos.

Produto 3: Incorporação dos princípios de igualdade de gênero e raça nas políticas e programas públicos.

- 3.3.6 Os componentes gênero e raça continuam a ser pontos-chave da desigualdade social no Brasil. Não existem métodos sistemáticos e generalizados para medir a igualdade de gênero e raça nas políticas públicas, em geral, nem nos programas de ações positivas, em particular. Nem todos os dados desagregados sobre gênero, que poderiam ser de grande utilidade, estão disponíveis; faltam ainda mais dados desagregados por raça/cor da pele, segundo a metodologia do IBGE. Instrumentos para analisar e monitorar essas questões são extremamente necessários, pois existe uma real demanda de dados concretos de gênero e raça que subsidiem decisões para a produção da igualdade social em áreas e programas-chave do governo, bem como para comporem um sistema de dados e informações mais abrangentes sobre esses temas.

Produto 4: Consolidação e divulgação das ações e das lições aprendidas.

- 3.3.7 As ações dirigidas à obtenção da igualdade de gênero e raça tendem à fragmentação, com poucos exemplos de esforços conjuntos do governo com a sociedade ou de agentes trabalhando com esse enfoque. O programa reconhece a necessidade de se empreenderem ações amplas e estratégicas para se conseguir a igualdade de gênero e raça no país. Para tanto, irá consolidar esforços já existentes, tanto no governo quanto na sociedade em geral, desenvolvendo e reforçando a integração entre as diversas organizações e ações, como também fazendo a troca de experiências e lições aprendidas. O programa vai estabelecer atividades de intercâmbio de experiências com diferentes instituições que realizam acompanhamento do gasto público e com governos locais que desenvolvem atividades de participação social na elaboração dos respectivos orçamentos. Existem, ainda, outras iniciativas que estão sendo desenvolvidas para a incorporação das dimensões de gênero e raça nas políticas públicas, que permitirão também consolidar as lições aprendidas.



## **Interação dos Resultados**

- 3.3.8 Os resultados a seguir representam os componentes essenciais da estratégia de gênero e raça baseada nos direitos humanos: focalizar a transparência, a responsabilidade e as ações de persuasão na alocação e distribuição de recursos e na implementação de políticas de igualdade de gênero e raça (Resultado 1); focalizar também os pontos anteriormente citados na capacidade institucional do governo e da sociedade, para incluir a igualdade de gênero e raça em seus programas e projetos (Resultado 2); criar e gerenciar políticas de igualdade de gênero e raça (Resultado 3). Esses resultados constituem, em seu conjunto, uma abordagem coerente do trabalho de inclusão de gênero e raça em vários setores e políticas públicas do país, cuja integração e desenvolvimento irão contribuir para que se inclua também a luta contra a pobreza e a discriminação racial nessas vertentes sociais.

## **Coordenação de Ações**

- 3.3.9 Para concretizar seus objetivos, o programa terá uma equipe de coordenação e um comitê consultivo formado pelo UNIFEM, pelo DFID e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O comitê apoiará a integração e a sinergia das ações, respeitando a integridade individual dos parceiros envolvidos no programa. Esse apoio incluirá a avaliação conjunta de experiências e lições aprendidas, o desenvolvimento de estratégias de comunicação e de campanhas temáticas, a realização de seminários, a produção de materiais e a utilização de mecanismos de informação para gestores(as) e para o público em geral. As reuniões do comitê consultivo serão semestrais com a finalidade de discutir o andamento do projeto, ou convocadas quando necessário. Os relatórios de progresso são anuais e os relatórios de atividades quando ocorrer solicitação das parcelas correspondentes aos recursos.

## **Cobertura Geográfica**

- 3.3.10 Dois fatores são considerados para a definição da localização geográfica do programa: i) a necessidade de se colocarem os temas em dois níveis, o federal e o local; ii) – a constatação de que a maior parte das inovações na área de gênero e raça está ocorrendo em lugares onde existe concentração de especialistas nesses temas. O programa possui os mecanismos para compensar os preconceitos regionais por meio da construção de uma rede de capacitação e divulgação das lições aprendidas no Norte e no Nordeste do Brasil, assim como para apoiar a ligação dos parceiros com instituições dessas regiões. As ações também serão executadas pelos programas do DFID que focalizam diretamente o Norte e o Nordeste, como os que trabalham com desigualdades de raça, mortalidade materna e inclusão social nas políticas e no planejamento.
- 3.3.11 O programa é parte da parceria global do DFID com o UNIFEM e pretende fornecer apoio operacional ao Fundo como um todo. O desenvolvimento, o fortalecimento e a consolidação de uma abordagem integrada e estratégica de gênero, raça e etnia no Brasil e no Cone Sul serão utilizados pelo UNIFEM globalmente.

## **Ligação com o Programa Global do DFID**

- 3.3.12 O programa aqui proposto baseia-se na experiência e nas habilidades dos atores que trabalham nas áreas de gênero, raça, direitos das mulheres e direitos humanos.



Embora o entendimento de gênero inclua as dimensões de raça e etnia, as principais iniciativas apenas recentemente vêm incluindo explicitamente esse tema em suas ações. É importante criar “pontes” entre esse trabalho e as ações e atores que operam especificamente com o tema racial. Prevê-se que existirá uma ligação significativa entre este programa e o projeto do DFID/PNUD, de trabalhar em cooperação com o Ministério Público, o movimento negro e outras instituições para combater o racismo institucional no Brasil.

### **Análise dos Parceiros**

- 3.3.13 O trabalho preparatório realizado com cinco parceiros-chave identificou os atores que se seguem, entre parceiros diretos (primários e intermediários) e indiretos.

#### PARCEIROS DIRETOS:

- Os parceiros primários incluem: mulheres, negros, pessoas de baixa renda, trabalhadoras rurais, movimentos sociais;
- Os parceiros intermediários incluem: os parceiros-chave do programa; o Congresso Nacional; as organizações internacionais; os governos estaduais e municipais, os vereadores municipais e os deputados estaduais; as coordenadorias que tratam das políticas para as mulheres; as coordenadorias que tratam da questão racial; os Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos das Mulheres, os órgãos de controle social; o governo federal (ministérios); as organizações quilombolas; as organizações de trabalhadores rurais; as unidades de mulheres das instituições acadêmicas; as organizações que trabalham no seguimento do orçamento público e as organizações que acompanham as iniciativas de orçamento participativo.

#### PARCEIROS INDIRETOS:

- Grupos econômicos (nacionais e internacionais), congressistas (homens e mulheres), grupos religiosos e instituições acadêmicas.

- 3.3.14 O foco da participação estará no nível dos parceiros diretos e indiretos – que serão responsáveis por agir como interlocutores na execução do programa e por estabelecer ligações com os outros participantes (primários e indiretos). A matriz de parceria sugere os vários papéis dos parceiros nesse processo; também indica que, em geral, os beneficiários diretos terão um papel consultivo, assim como as instituições governamentais (que podem ou não ser beneficiárias do programa). A participação desses parceiros primários ocorrerá por meio de acordos já existentes ou a serem criados com os parceiros diretos do programa.

### **3.4 Perspectivas**

- 3.4.1 Gênero e raça são dimensões estruturantes da desigualdade social, que precisam ser corrigidas a fim de se reduzir a pobreza no país. Políticas, programas e gastos públicos que levem em consideração as diferenças de gênero e raça têm mais chances de beneficiar os mais pobres dentre os pobres. Este programa reconhece que a mudança de foco nas políticas, programas e gastos governamentais pode reduzir significativamente as desigualdades e a pobreza no Brasil.
- 3.4.2 A criação da SPM propicia oportunidade única para uma abordagem ampla das questões de gênero que possa provocar não apenas uma mudança institucional, mas



também uma mudança social. Da mesma forma, a criação da SEPPIR também tem a atribuição central de trabalhar com todos os ministérios. Assim, essas instituições constituem veículos úteis na divulgação de experiências, de lições aprendidas e do processo de persuasão de todos os órgãos do governo. O estabelecimento dessas duas secretarias reflete a preocupação do governo federal de trabalhar as questões de gênero e raça no país. Combinam-se a essas forças várias organizações que atuam no mesmo sentido, o que torna factível o trabalho conjunto dessas instituições na área de gênero e raça.

- 3.4.3 A parceria com o escritório do UNIFEM no Brasil é paralela ao tratado de cooperação global existente entre o UNIFEM e o DFID e, portanto, proporciona um contexto positivo para as ações propostas aqui. O UNIFEM aporta ao programa seu conhecimento substantivo do Brasil e da situação das mulheres no país, além de, cada vez mais, utilizar a abordagem estratégica em seus projetos e programas globais. O UNIFEM do Brasil, em especial, tem sido particularmente estratégico e articulado no tratamento da questão.
- 3.4.4 O programa está trabalhando diretamente com os parceiros primários e buscará estratégias para a expansão gradual do número de parceiros e a criação de incentivos para um trabalho conjunto entre o governo, a sociedade, os movimentos sociais, as redes do movimento de mulheres, as organizações de base e as não-governamentais.
- 3.4.5 O programa planeja contribuir para a eficiência econômica do gasto público sugerindo meios para melhorar e tornar sua utilização mais racional e eficaz. Não produzirá nenhum impacto ambiental nem riscos significativos. A sustentabilidade dos benefícios estará assegurada pela ligação dos parceiros com o comitê do programa e com outras organizações governamentais, pela ênfase em treinamento e por ações voltadas para a busca de parcerias estratégicas.

### **3.5 Avaliação**

- 3.5.1 O programa baseia-se nas recomendações oriundas de uma avaliação realizada pelo UNIFEM em 1999, em sua sede em Nova York. Essa avaliação referia-se à necessidade de se consolidarem ações nas áreas de impacto mais amplo, porém focalizado, e de melhor documentar os resultados e as lições aprendidas no trabalho da Organização.
- 3.5.2 O programa foi delineado para incorporar o binômio acompanhamento-avaliação como parte de suas atividades centrais. Isso inclui o desenvolvimento de sistemas comuns de acompanhamento das políticas, dos programas planejados e realizados, e dos orçamentos e gastos, bem como da implementação das ações positivas.
- 3.5.3 Antes do início das atividades, os projetos individuais que compõem o programa serão submetidos a um processo de aprovação final pelo DFID e pelo UNIFEM. Cada um desses projetos terá seu sistema de avaliação próprio e independente, a fim de determinar suas necessidades estratégicas de planejamento e revisão. Isso inclui a análise para revisar a abordagem estratégica e lógica e a mudança nos indicadores, onde for necessário.
- 3.5.4 Recomenda-se uma avaliação externa final para permitir comparações com outros programas patrocinados pelo DFID e para facilitar a troca de experiências, a revisão



das lições aprendidas e a divulgação das experiências bem-sucedidas. As revisões, tanto nacionais quanto internacionais, proporcionarão a comparação cruzada dos resultados do programa com outros programas similares no Brasil e em outros países.

## **4 IMPLEMENTAÇÃO**

### **4.1 Parcerias**

- 4.1.1 O UNIFEM gerenciará este programa por meio de uma equipe de coordenação, composta por uma coordenadora e uma assistente. O trabalho da coordenação será apoiado pelo pessoal do UNIFEM no Brasil. Caberá também ao UNIFEM fornecer apoio técnico qualitativo por intermédio de seus consultores temáticos e do trabalho coordenado com outros escritórios regionais da Seção Geográfica para a América Latina e o Caribe (LAC), de Nova York.
- 4.1.2 Inicialmente, o programa trabalhará com cinco parceiros-chave implementadores. Esse grupo incluirá outras parcerias, conforme se desenvolverem articulações com outras iniciativas que tratem dessas mesmas dimensões, como o Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego, da OIT, com o qual este programa está estabelecendo cooperação, entre outros, para melhor integrar a perspectiva geográfica do Norte e Nordeste do Brasil. Atualmente, os parceiros do programa são cinco:
- A SPM, que tem o objetivo de promover e defender os direitos da mulher e de trazer para o primeiro plano governamental as questões da mulher;
  - A SEPPIR, com o objetivo de desenvolver políticas que integrem a dimensão da igualdade racial nas ações governamentais;
  - O MDA, por meio do programa de igualdade em sua estrutura ministerial e vai realizar atividades com mulheres quilombolas;
  - O CFEMEA, uma organização de mulheres da sociedade brasileira, com especialização na assistência parlamentar em ações de persuasão e convencimento e no acompanhamento da legislação sobre igualdade de direitos;
  - O IBAM, uma instituição de pesquisa e capacitação, largamente conhecida e respeitada por seu trabalho de fortalecimento da administração municipal.

Esses parceiros constituem pontos de partida estratégicos, cada um em seu nível de atuação, na promoção da igualdade de gênero no Brasil: articulando ações em todos os escalões do governo; assegurando o acesso da população rural mais carente aos bens e serviços públicos, fornecendo ligações estratégicas entre as ações de âmbito nacional e municipal; permitindo o acesso dos movimentos sociais às redes de comunicação e convencimento. Por meio do programa regional mais amplo do UNIFEM e das parcerias bem-estabelecidas, os resultados deste programa serão disseminados para atrair parceiros indiretos.

### **4.2 Execução**

- 4.2.1 Um convênio assinado entre o UNIFEM e o DFID para este programa no Brasil consiste em um Adendo ao Convênio Global existente entre essas duas instituições, que é um Memorando de Entendimento. Os recursos são repassados para o UNIFEM, para o gerenciamento das atividades e o planejamento do programa. Todos os órgãos envolvidos (SPM, SEPPIR e MDA, CFEMEA e IBAM) apresentarão individualmente

seus projetos para aprovação ao UNIFEM/DFID e à ABC. O UNIFEM e o DFID serão responsáveis pela aprovação dos planos de trabalho e orçamentos, de acordo com seu procedimento normal.

4.2.2 A função de gerenciamento será executada pela equipe de coordenação, que prestará apoio ao UNIFEM no fornecimento de técnicos em gerenciamento, em administração/contabilidade e em áreas técnicas específicas. A equipe terá responsabilidade global pela realização das seguintes atividades:

- Revisão dos projetos para a aprovação definitiva pelo UNIFEM, pelo DFID e pela ABC;
- Documentação e divulgação dos elementos técnicos (lições aprendidas e experiências bem-sucedidas);
- Gerenciamento administrativo e financeiro;
- Gerenciamento dos recursos, dos fundos discricionários e da captação de recursos;
- Planejamento, revisões de avaliação e acompanhamento das ações;
- Apresentação de relatórios internos e externos.

#### **4.3 Insumos**

4.3.1 O DFID prestará apoio financeiro às iniciativas, à integração, à consolidação e à divulgação das ações realizadas e das lições aprendidas. Outrossim, fornecerá recursos no valor de seiscentas mil e quinhentas libras esterlinas, para as atividades do programa e para o apoio administrativo.

4.3.2 O programa prestará todas as informações necessárias ao governo brasileiro e/ou ao DFID e/ou ao UNIFEM, sempre que for necessário.

#### **4.4 Acompanhamento**

4.4.1 O acompanhamento diário das atividades do programa será de responsabilidade da equipe de coordenação e envolverá visitas sistemáticas para tal finalidade. O sistema de acompanhamento e monitoração, que incluirá um refinamento de indicadores e o estabelecimento de metas anuais, será montado com as instituições parceiras e discutido nas reuniões técnicas do programa, com a presença do UNIFEM, do DFID e da ABC. O progresso das ações será informado por meio de relatórios semestrais dos gastos efetuados e das atividades realizadas.

4.4.2 O Comitê Consultivo realizará reuniões semestrais.

### **5. RISCOS E CONDIÇÕES NECESSÁRIA**

5.1 A implementação deste programa terá que respeitar os diferentes papéis, capacidades técnicas, limitações e linhas de autoridade dos diversos parceiros, enquanto desenvolve esforços para conseguir coordenação e comunicação fluentes. Considerando-se a natureza inovadora do programa, bem como seu impacto potencial nas políticas públicas, as seguintes condições são consideradas necessárias:

- Interação entre os diferentes componentes do programa;
- Apoio e participação dos autores das políticas públicas e dos gerentes;
- Assistência técnica disponível e acessível;



- Total apoio, envolvimento e participação das líderes feministas;
- Políticas governamentais nos diversos níveis apóiam o programa.

#### 5.2 Os seguintes riscos foram identificados:

- Mudanças nas políticas do governo relativas a gênero;
- Falta de apoio do governo às ações de gênero e raça;
- Dificuldade de acesso à documentação oficial sobre gastos públicos;
- Conflitos entre os parceiros-chave e as instituições;
- Mudanças de pessoal em posições de tomada de decisão;
- Gargalos burocráticos na implementação das atividades;
- Demora na transferência dos recursos alocados;
- Falta de capacidade para implementação;
- Demora na contratação de pessoal.

#### 5.3 Foram identificadas as seguintes intervenções para minimizar os riscos:

- Envolver os parceiros do nível federal e os ministérios tanto quanto possível na implementação do programa;
- Desenvolver boas relações de trabalho por meio de pessoal estável e contatos regulares entre todos os participantes;
- Fazer as tomadas de decisão do modo mais transparente possível, desde o início do programa;
- Criar um bom sistema de gerenciamento;
- Envolver intermediários dentro do Congresso Nacional;
- Realizar uma pesquisa adequada para identificar os parceiros primários, suas necessidades e prioridades, bem como envolvê-los desde o início do programa;
- Assegurar incentivos adequados e compromisso por parte do pessoal do programa;
- Assegurar eficiência nas decisões de implementação e gerenciamento.

## 6. 1 - ORÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO DFID POR SUBPROJETO (US\$)

Produto	Subprojetos por Parcerias	Total	Ano 1 (2003)	Ano 2 (2004)	Ano 3 (2005)	Ano 4 (2006)
1	CFEMEA: Orçamento Mulher: Controle Social e Equidade de Gênero	180,000.00	-	100,000.00	70,000.00	10,000.00
	IBAM: Gastos públicos e cidadania de mulheres e homens	120,000.00	-	30,000.00	76,000.00	14,000.00
2	SPM: Fortalecimento Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	90,000.00	-	46,700.00	33,300.00	10,000.00
3	MDA: Gênero, Raça e Atividades Produtivas para o Etnodesenvolvimento	97,000.00	-	43,260.00	53,740.00	-
	SEPP/R: Saúde da População Negra – Ações Afirmativas para Avançar na Equidade	80,000.00	-	40,000.00	30,000.00	10,000.00
4	Divulgação das lições aprendidas	217,956.00	-	116,973.00	60,000.00	40,983.00
Coordenação e Apoio	Pessoal do programa e custo gerencial	303,000.00	34,500.00	131,640.00	108,260.00	28,600.00
	Taxa de administração	51,274.00	1,725.00	23,760.00	20,538.00	5,251.00
<b>TOTAL</b>		<b>1,139,230.00</b>	<b>36,225.00</b>	<b>532,333.00</b>	<b>451,838.00</b>	<b>118,834.00</b>

Obs.: Utilizaram-se as seguintes taxas de conversão de libras esterlinas para dólares americanos:  
£ 250.000 (referente à 1ª parcela depositada em outubro de 2003) = 250.000/0,602999 (câmbio de outubro de 2003) = US\$414.594.00;  
£ 400.000 (quantia restante a ser depositada) = 400.000/0,552000 (câmbio de outubro de 2004) = US\$724.637.00;  
Total da contribuição: 650.000 libras, equivalentes a US\$1.139.231,00 dólares americanos (aproximadamente).



## 6.2 - ORÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO DFID POR LINHA ORÇAMENTÁRIA (US\$)

BUDGET DESCRIPTION	EXPENSE ACCOUNT/ DESCRIPTION	Total	Year 1 (2003)	Year 2 (2004)	Year 3 (2005)	Year 4 (2006)
71100- ALD Employee Costs.	71105 - Salaries	69,000.00	0.00	0.00	55,000.00	14,000.00
71200 – International Consultants	71205 – International Consultants – Short Term - Technical	5,000.00	0.00	0.00	5,000.00	0.00
71300 – Local Consultants	71305 – Local Consultants – Short Term - Technical	74,000.00	0.00	61,000.00	7,000.00	6,000.00
71400 – Contractual Services - Individuals	71405 – Service Contracts - Individuals	140,200.00	0.00	84,500.00	48,700.00	7,000.00
71600 - Travel	71605 – Travel	165,000.00	3,000.00	58,500.00	93,500.00	10,000.00
1701 – National Professional (7170)		9,500.00	9,500.00	0.00	0.00	0.00
72100 – Contractual Services/ Companies	72125 – Studies & Research Services	375,000.00	5,000.00	195,000.00	155,000.00	20,000.00
72200 – Equipment & Furniture	72205 – Office Equipment	9,700.00	0.00	9,700.00	0.00	0.00
73100 – Rental & Maintenance	73105 - Rent	22,000.00	0.00	0.00	20,000.00	2,000.00
73300 – Rental & Maint. Info.Tech. Equip.		5,000.00	5,000.00	0.00	0.00	0.00
74100 – Professional Services	74105 – Management & Reporting Services	21,000.00	0.00	10,000.00	10,000.00	1,000.00
74500 – Miscellaneous Expenses	74525 – Sundry	159,183.00	12,000.00	56,500.00	37,100.00	53,583.00
75100 – Facilities & Administration	75115 – Facilities & Administration – Overhead & Indirect	51,274.00	1,725.00	23,760.00	20,538.00	5,251.00
ULO's 2003 (w 6007)		33,373.00	0.00	33,373.00	0.00	0.00
TOTAL		1,139,230.00	36,225.00	532,333.00	451,838.00	118,834.00

## **ANEXOS**



## **ANEXO I - CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO**

### **Direitos, Pobreza e Exclusão Social – A Extensão do Problema**

O Brasil é um dos países do mundo onde é mais pronunciada a desigualdade socioeconômica: a população mais rica – 10% da população total – ainda detém uma renda quase 30 vezes maior do que a da população mais pobre – 40% da população total. Em outros países com nível semelhante de desenvolvimento, a renda dos mais ricos é apenas dez vezes maior. Em 2001, cerca de 49 milhões de pessoas viviam na pobreza e indigência, o que representava 29% da população brasileira. Perto de metade dos chefes das famílias que viviam nesse estado extremo de pobreza nunca havia frequentado a escola ou havia deixado de estudar antes de completar a primeira série do Ensino Fundamental. Mais da metade de suas moradias não possuía acesso a água encanada e apenas um quarto contava com coleta de lixo pública. No Nordeste, encontravam-se os maiores índices de pobreza, e estimava-se que 46% da população nordestina viviam nessa situação, sendo que cerca de metade dessas famílias tinha como chefe uma mulher.

O trabalho com gênero e raça dimensiona o grau de desenvolvimento humano; os índices que medem a educação, a renda e a expectativa de vida mostram que, em 1999, se fosse medida apenas a população branca do Brasil, o país estaria em 49º lugar, em vez do 74º, na lista do desenvolvimento mundial mas, quando se levavam em consideração gênero e raça, o país descia para a 108ª posição.

A posição relativa de homens e mulheres quanto à cor é ilustrada pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Homens brancos encontravam-se em 41º lugar, enquanto os homens afro-brasileiros, em 104º, ou seja, 63 posições abaixo. As mulheres brancas estavam em 69º lugar, enquanto as afro-brasileiras ficavam no 114º, isto é, 45 posições abaixo (Fonte: Relatório CEDAW 2002). As políticas, programas e gastos que levam em consideração as diferenças de gênero e raça têm mais probabilidade de beneficiar os mais pobres dentre os pobres.

**Resumo dos Indicadores da Situação da Mulher em Comparação com os da Situação do Homem no Brasil**

**Indicadores Políticos e Socioeconômicos**

Indicador	Gênero (em %)	
	Mulheres	Homens
Membros do Parlamento Nacional e Assembléias Legislativas (2002)	8,8	91,2
Membros do Executivo (2001, CFEMEA)	5,71	94,29
Membros do Judiciário (2001, CFEMEA)	8,20	91,80
Participação na PEA* (2002, IBGE)	42,5	57,5
PEA sem renda (1999, IBGE)	51,2	48,8
Rendimento da população ocupada por hora trabalhada (2002, IBGE)	R\$ 3,60	R\$ 4,20
Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais (2002, IBGE)	11,7	12
Empregados com carteira assinada** (IBGE)	27	73
Trabalhadores domésticos (2002, IBGE)	93,4	6,6
Empregadores (2002, IBGE)	26,7	73,3
Taxa de desemprego entre 1989 e 1995 – PEA entre 24 e 45 anos de idade (Banco Mundial)	227,1	76,9

\* PEA – População Economicamente Ativa.

\*\* Em 2002, eram 65%.

**Taxa de Desemprego (em %) por Gênero e Região (1999, IBGE)**

Região	Mulheres	Homens	Total
Brasil	13,2	8,1	10,1
Norte	15,3	8,9	11,5
Nordeste	11,4	6,9	8,6
Sudeste	14,8	9,3	11,5
Sul	10,8	6,9	8,5
Centro-Oeste	14,2	7,4	10,1

**Indicadores por Gênero e Raça**

Renda Familiar por Gênero/Cor do(a) Chefe Solteiro(a) do Domicílio (2001, PNAD)		
Gênero/Cor	Renda (em reais)	Probabilidade de ser pobre (em %)
Homem branco	482,1	8,0
Mulher branca	481,2	11,9
Homem não-branco	200,3	17,3
Mulher não-branca	202,2	27,5

**Taxa de Desemprego (em %) por Gênero e Cor (1999, IBGE)**

Raça/Cor	Mulheres	Homens
Branco(a)	12	7,3



Negro(a)	14,8	9
----------	------	---

**Renda Média Mensal por Raça e Gênero (em reais) (2001, IBGE)**

Raça/Cor	Mulheres	Homens
Branco(a)	567,4	752,7
Negros	284,2	360,5
Total	450,5	595,5

**Outras informações:**

- Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG): 0,7681 (2004, UNDP) – Esse índice vale-se das mesmas variáveis e medidas do IDH, porém, leva em consideração as desigualdades de resultados entre homens e mulheres. Nesse aspecto, o Brasil classificou-se em 60º lugar, entre 144 países.

- Medida de Empoderamento de Gênero (MEG): 0,367 (1999, UNDP) – O MEG indica a participação ativa das mulheres na vida econômica e política do país, medindo a desigualdade de gênero em áreas-chave das tomadas de decisão nessas duas esferas.

Gênero e raça indicam claramente as dimensões da pobreza no Brasil. Cerca de um quarto das famílias é chefiado por mulheres, as quais recebem, em sua maioria, os níveis mais baixos de salário no país. Pode-se deduzir facilmente da tabela de renda da PNAD de 2002 que os domicílios chefiados por mulheres tanto brancas quanto não-brancas têm uma renda 30% menor do que a dos domicílios chefiados por homens brancos e não-brancos. No mercado de trabalho, as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores em empregos de baixa produtividade e remuneração, a maioria dos trabalhadores não-remunerados e a maioria no mercado informal de trabalho, isto é, sem carteira assinada. Entre a PEA feminina, 65% se inserem na categoria de remuneração mais baixa, ou seja, abaixo de dois salários mínimos. Também existem desigualdades significativas quando se consideram raça e etnia. A renda média dos domicílios chefiados por negros é 42% menor do que a dos domicílios chefiados por brancos e 24% menor do que a dos domicílios chefiados por asiáticos.

A crescente violência urbana e rural, o crime e a violência doméstica têm uma significativa dimensão na questão de gênero. Por exemplo, 66,3% dos homicídios cometidos contra a mulher em 1995 e 1996 foram decorrentes de violência familiar (30% das mulheres que denunciaram a violência em suas casas em 1997 voltaram no dia seguinte à delegacia de polícia para retirar a queixa). Em São Paulo, 64% das denúncias de agressão física contra crianças estão relacionadas à violência doméstica. Estudos indicam que grande parte das crianças de rua está nessa situação por causa da violência familiar.

**Respostas Governamentais**

Nesse contexto, as respostas governamentais têm sido parciais, insuficientes e caracterizadas pela falta de capacidade técnica. A ratificação das convenções internacionais e a adoção de provisões legais para o avanço dos direitos humanos das mulheres não têm sido acompanhadas de políticas e medidas que lhes assegurem um empoderamento efetivo. A maioria de beneficiários das políticas, programas e gastos públicos governamentais em 2001 era composta por homens. Do total de beneficiários do Programa Nacional para Atividades de Geração de Renda (PROGER), 68% são homens; 93% dos beneficiários do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são homens; as mulheres representam apenas 30% dos beneficiários do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR). Esses dados mostram as limitações das políticas públicas.

que não contemplam a inclusão de gênero e raça em seus planos e programas, o que aponta, indubitavelmente, para a necessidade de se incorporarem esses componentes a seu planejamento.

### **Limitações à Participação das Mulheres**

A capacidade das mulheres de chamar atenção para esses problemas é muito limitada, por sua falta de visibilidade e exclusão política. A participação e a representação política feminina são ainda muito inexpressivas em todos os segmentos do governo e em todos os níveis políticos, e é mínima a participação da mulher em altos postos de tomada de decisão nos partidos políticos e nas instituições governamentais. O enfoque deste projeto está nos direitos da mulher e no convencimento da sociedade para respeitá-los, bem como na sensibilidade governamental para incluí-los em todos os seus programas e escalões.

### **O Enfoque da Exclusão Social dentro do Programa**

O programa não trabalhará, de início, diretamente com os parceiros primários, mas será implementado de modo a permitir a inclusão e a expansão progressiva dos parceiros e criar incentivos para um trabalho conjunto entre o governo, a sociedade, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e as comunitárias. Esse processo inclui:

- Assegurar aos parceiros primários a definição dos temas que mais os afetam e, a partir desse ponto, priorizar as políticas e programas para implementação e acompanhamento das ações pertinentes;
- Trabalhar com sistemas e métodos de análise para monitorar as políticas e programas conjuntos, de modo a permitir a participação dos movimentos sociais e das comunidades de base;
- Envolver instituições de pesquisa que tenham laços com os parceiros primários;
- Construir novas alianças e fortalecer redes de comunicação por meio da capacitação individual das organizações e redes, bem como construir canais de comunicação entre as organizações.



**- ANEXO II - TERMOS DE REFERÊNCIA**  
**Equipe de Coordenação**

A equipe de coordenação é constituída por uma Coordenadora do Programa e uma Assistente. Pessoal adicional – inclusive consultores(as) – poderá ser contratado, de acordo com a necessidade.

**Atribuições da Equipe**

**1. Gerenciamento Administrativo e Financeiro**

- a) Estabelecer um sistema de desembolso financeiro;
- b) Fiscalizar as contas;
- c) Receber todos os comprovantes e relatórios financeiros;
- d) Monitorar as taxas de implementação (avanço do programa);
- e) Acompanhar as auditorias e as análises financeiras do programa.

**2. Coordenação do Programa**

- a) Refinar o plano técnico e operacional do programa;
- b) Coordenar o trabalho com o Comitê Consultivo dos parceiros;
- c) Organizar encontros, seminários e consultorias;
- d) Agir como ponto focal para os contatos com o governo brasileiro/ABC e a SPM;
- e) Supervisionar todos os subcontratos do programa;
- f) Produzir regularmente relatórios de coordenação e andamento do programa.

**3. Planejamento e Avaliação**

- a) Realizar revisões periódicas do programa, visitas e avaliações;
- b) Documentar e divulgar as lições aprendidas, as ferramentas utilizadas, as publicações e os produtos do programa;
- c) Apoiar a documentação e a circulação das avaliações e das lições aprendidas;
- d) Manter vínculos internacionais, regionais e sub-regionais de comunicação;
- e) Desenvolver uma rede de comunicação com organismos internacionais que trabalham no Brasil em áreas afins.

**Termos de Referência (TR)**

**1. Coordenadora do Programa**

***Representação e relações públicas*** (em estreita colaboração com o(a) Oficial de Programa – OP – do UNIFEM):

- Promover e representar o programa em fóruns nacionais e internacionais;
- Manter vínculos de comunicação internacional, regional e sub-regional;
- Desenvolver uma rede com outros organismos internacionais que trabalham no Brasil em áreas afins;
- Agir como ponto focal para os contatos com o governo brasileiro/ABC e com os outros agentes governamentais;
- Negociar e colaborar com os doadores (corporações bilaterais e internacionais) e advogar a captação de fundos para o programa.

***Supervisão do programa*** (em colaboração com o(a) OP do UNIFEM):

- Realizar supervisão técnica das atividades do programa;
- Definir o plano técnico e operacional das atividades do programa;

- Participar de reuniões, seminários, encontros e consultorias;
- Realizar avaliações periódicas do programa e de visitas e revisar as atividades e os resultados obtidos;
- Identificar as falhas e/ou lacunas existentes no programa e fazer os ajustes necessários;
- Identificar novos parceiros para incluir cada vez mais organizações comunitárias e de base no programa;
- Supervisionar o processo de documentação, da circulação de lições aprendidas e das avaliações;
- Acompanhar de perto a divulgação das ferramentas utilizadas, das publicações e dos produtos gerados pelo programa;
- Identificar lacunas e falta de recursos e iniciar contatos para conseguir fundos complementares.

### **Gerenciamento**

- Supervisionar, regularmente, a preparação e submissão dos relatórios de coordenação, financeiros e de avanço do programa (com a colaboração do(a) OP do UNIFEM);
- Fiscalizar a utilização dos fundos do projeto, as escolhas e as ações de implementação, sempre com a colaboração estreita do(a) OP do UNIFEM;
- Coordenar os trabalhos do Comitê Consultivo parceiro com o(a) OP do UNIFEM;
- Fazer relatórios de utilização dos fundos aos membros do Comitê Consultivo;
- Supervisionar todas as subcontratações do programa;
- Supervisionar todas as tarefas do programa: administrativas, técnicas e financeiras;
- Supervisionar os desempenhos do(a) Assistente Técnico(a) de Programação, do(a) Oficial de Finanças e do(a) Assistente Administrativo(a), de modo a assegurar o bom andamento do trabalho para atingir as metas estabelecidas para o programa.

## **2. Assistente Técnico(a)**

O(a) Assistente Técnico(a) atuará sob a supervisão direta da Coordenadora e desenvolverá as seguintes atividades:

- Auxiliar no desenvolvimento de uma rede com outros organismos internacionais que trabalham no Brasil em áreas afins;
- Fornecer apoio técnico às atividades do programa;
- Auxiliar a Coordenadora do Programa na definição e refinamento do plano operacional e técnico;
- Organizar reuniões, seminários e consultorias e neles participar e auxiliar;
- Acompanhar a implementação das atividades do programa;
- Produzir, regularmente, relatórios de coordenação e de andamento do programa para o(a) OP do UNIFEM;
- Identificar organizações comunitárias e de base, bem como parceiros potenciais do programa;
- Assegurar a documentação e a circulação de ações bem-sucedidas e das lições aprendidas;
- Divulgar as lições aprendidas e as experiências, as ferramentas utilizadas, produzir publicações com os resultados obtidos;
- Auxiliar o trabalho do Comitê Consultivo Parceiro nos aspectos técnicos e programáticos;
- Criar um sistema de desembolso financeiro;



- Fiscalizar as contas;
- Receber e guardar todos os recibos e relatórios financeiros;
- Acompanhar (monitorar) as taxas de implementação;
- Acompanhar as auditorias e avaliações financeiras;
- Produzir relatórios financeiros periódicos;
- Elaborar relatórios sobre a situação financeira do programa destinados ao(à) OP do UNIFEM;
- Estabelecer e manter atualizado um banco de dados dos parceiros, organizações, doadores e instituições;
- Desempenhar atividades secretariais: correspondência, agenda, preparação de viagens, etc.
- Organizar e apoiar reuniões, seminários e oficinas;
- Adquirir materiais para o escritório e manter um controle dos mesmos, assim como dos serviços prestados;
- Organizar e manter atualizados os arquivos do programa e os documentos técnicos.

### ANEXO III - - COORDENAÇÃO

GERENCIAMENTO DO PROGRAMA UNIFEM/DFID	
Composição	Tarefas
Coordenadora	Revisar os projetos para aprovação final e coordenar as ações do programa
Oficial de Programa do UNIFEM	Planejar, avaliar e acompanhar as ações do programa
Assistente Técnico(a)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Gerenciar os fundos, o Fundo Discricionário e a captação de recursos</li><li>- Efetuar o gerenciamento financeiro e administrativo do programa</li><li>- Elaborar relatórios internos e externos</li></ul>

COMITÊ CONSULTIVO DO PROGRAMA	
Composição	Tarefas
UNIFEM: Equipe de Coordenação, Diretora Regional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Recomendar a criação de subgrupos técnicos</li><li>- Fornecer os elementos para o plano de apoio ao programa</li><li>- Aprovar eventuais revisões dos projetos</li></ul>
DFID: Equipe de Acompanhamento do Programa	<ul style="list-style-type: none"><li>- Supervisionar e acompanhar atividades e resultados obtidos</li><li>- Identificar falhas e omissões e recomendar a expansão institucional</li></ul>
ABC: Representantes da Coordenação Geral Bilateral e Multilateral – CTRB e CTRM	<ul style="list-style-type: none"><li>- Discutir o planejamento estratégico para obtenção de resultados</li><li>- Aprovar relatórios de progresso.</li></ul>

Obs.: as reuniões do comitê consultivo serão semestrais com a finalidade de discutir o andamento do projeto, ou convocadas quando necessário. Os relatórios de progresso são anuais e relatórios de atividades nos períodos de solicitação das parcelas correspondentes.



#### **ANEXO IV - PROPOSTA DE PERFIS DE PROJETOS**

Este anexo contém resumos de projetos propostos que fazem parte dos recursos do programa. Documentação mais detalhada encontra-se disponível. Estas atividades tiveram a aprovação inicial do UNIFEM e do DFID. O processo de aprovação final poderá provocar discussões sobre a definição e o refinamento de metas. Nas reuniões técnicas de acompanhamento do programa, os indicadores poderão ser aperfeiçoados, conforme previsto no apoio ao desenvolvimento de sistemas de acompanhamento e medição das experiências e lições aprendidas. O quadro abaixo mostra o prazo para recebimento e aprovação dos projetos.

**Quadro de prazos para o recebimento e aprovação de projetos**

<b>Entidades Parceiras</b>	<b>Projeto Recebido</b>	<b>Projeto Aprovado</b>
<b>Resultado 1</b>		
CFEMEA, Orçamento Mulher: controle social e equidade de gênero	Sim	Abril de 2004
IBAM, gastos públicos e cidadania de mulheres e homens	Sim	Novembro de 2004 (parcialmente)
<b>Resultado 2</b>		
SPM - Fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Meta 1: Implantação do Primeiro Módulo do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG)	Sim	Setembro de 2004
Meta 2	Não	Março de 2005
<b>Resultado 3</b>		
MDA - Gênero, Raça e Atividades Produtivas para o Etnodesenvolvimento	Sim	Agosto de 2004
SEPPIR - Saúde da População Negra – Ações Afirmativas para Avançar na Equidade	Sim	Agosto 2004
Meta 2	Não	Março de 2005
<b>Resultado 4</b>		
Consolidação e ampla divulgação das lições aprendidas	Em andamento	Maio de 2005

## PERFIL DO PROJETO

**Título:** Gênero, Raça e Atividades Produtivas para o Etnodesenvolvimento

**Duração:** 19 meses (agosto de 2004 a março de 2006)

**Agência Implementadora:** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Descrição da Agência Implementadora:** Departamento Ministerial

**Custo total estimado:** US\$ 99,720.00

**Recursos solicitados ao DFID:** US\$ 97,000.00

### SUMÁRIO

O objetivo deste projeto é a promoção de políticas de ampliação do acesso das mulheres quilombolas às atividades produtivas, com vistas ao etnodesenvolvimento e à equidade de gênero nos territórios incluídos no programa de regularização fundiária quilombola, estimulando o controle social desse segmento sobre as políticas públicas. Para tanto, estão sendo propostas ações voltadas para o redelineamento de políticas públicas que considerem especialmente as demandas apresentadas pelas mulheres quilombolas para a política de assistência técnica e extensão rural, para o crédito e a para a comercialização da produção.

### DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### I. ANTECEDENTES

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2001, vem desenvolvendo políticas de promoção da igualdade de gênero e raça por meio de assessoria especial vinculada ao Gabinete do Ministro, o chamado Programa de Ações Afirmativas. No período de 2001-2002, realizaram-se várias ações de proposição, medidas legais e capacitações para influenciar políticas públicas com esses recortes. No governo Lula, aquele Programa foi mantido como assessoria especial do Ministro, passou a ter assento no Conselho de Direção do MDA e veio a chamar-se Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Além do cumprimento das medidas legais adotadas anteriormente, a exemplo das políticas de cotas na contratação de serviços de terceiros e da rede de asseguradores(as) e gestores(as) regionais do programa nas superintendências regionais do INCRA, foram propostas e executadas políticas setoriais voltadas para o apoio e a promoção da produção, incluindo crédito, assistência técnica e extensão rural, comercialização e associativismo. O Programa de Ações Afirmativas atua também na ampliação do acesso à terra e da permanência ali por parte desses segmentos da sociedade, bem como na ampliação da cidadania e do controle social.

Dentre as ações, destacam-se: a elaboração da política e do Programa Setorial de Assistência Técnica de Extensão Rural; o concertamento de nova política de crédito para as mulheres quilombolas e índios; a coordenação do programa de regularização fundiária das comunidades quilombolas e de programas voltados para o etnodesenvolvimento, com integração a outros ministérios e sob a coordenação da SEPPIR; a elaboração e a coordenação do Programa de Reassentamento de Ocupantes Não-Índios e de Etnodesenvolvimento, com ênfase nas atividades produtivas e na segurança alimentar, com integração a outros ministérios e sob a coordenação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e a implantação do Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais. O presente projeto articula duas dimensões do programa ainda não implementadas,



bem como distintas dimensões que são alvo de sua atuação, especialmente gênero e raça, de um lado, e atividades produtivas e de cidadania, de outro.

## **II. OBJETIVO GERAL**

Promover políticas de acesso das mulheres às atividades produtivas, com vistas ao etnodesenvolvimento e à equidade de gênero nos territórios incluídos no programa de regularização fundiária quilombola, estimulando o controle social sobre os mesmos por parte desse segmento da população, por intermédio de: i) construção de um plano de etnodesenvolvimento com ênfase nas atividades produtivas, potencializando-se as ocupações das mulheres nas comunidades quilombolas, e ii) construção de uma estratégia de fortalecimento dos espaços coletivos e democráticos, reforçando-se a presença e a participação das mulheres quilombolas.

## **III. OBJETIVOS E ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

### ***OBJETIVO 1 – Elaborar diagnósticos e planos participativos.***

#### **Atividades:**

- \* Construir metodologia sobre elaboração de planos participativos com equidade de gênero para atividades produtivas.

### ***OBJETIVO 2 – Capacitar gestores(as) públicos(as).***

#### **Atividades:**

- 2.1 Capacitar asseguradores(as) e gestores(as) regionais do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia nos temas de gênero e raça;
- 2.2 Capacitar integrantes da equipe de gestores(as) da Secretaria de Agricultura Familiar e os(as) secretários(as)-executivos(as) do PRONAF nas áreas de gênero e raça, com enfoque na população quilombola;
- 2.3 Elaborar o manual de trabalho sobre gênero e raça do Programa de Equidade de Gênero e Raça do UNIFEM/DFID;
- 2.4 Integrar as ações de capacitação de gestores(as) públicos(as) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) sobre gênero e raça.

### ***OBJETIVO 3 – Desenvolver metodologias para implementar políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para quilombolas.***

#### **Atividades:**

- 3.1 Possibilitar a integração das mulheres quilombolas às ações de extensão rural;
- 3.2 Estimular Rede de ATER quilombola com recorte de gênero.

### ***OBJETIVO 4 – Monitorar a implementação de políticas públicas de crédito.***

#### **Atividades:**

- 4.1 Buscar reconhecimento das atividades produtivas empreendidas pelas mulheres quilombolas;
- 4.2 Possibilitar a formação de uma rede de mulheres quilombolas multiplicadoras de informações sobre o acesso ao crédito.

### ***OBJETIVO 5 – Elaborar, implementar e monitorar políticas públicas de comercialização.***

#### **Atividades:**

- \* Desenhar instrumentos e prover meios às mulheres quilombolas para a comercialização com valor cultural

#### **OBJETIVO 6 – Estimular o controle social.**

##### **Atividades:**

- \* Promover campanha de estímulo à participação e controle social das políticas públicas do desenvolvimento rural sustentável, por meio do Conselho Nacional e Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável.

#### **OBJETIVO 7 – Construir instrumentos de monitoramento.**

##### **Atividades:**

- 7.1 Elaborar indicadores dos processos de implementação das políticas públicas;
- 7.2 Definir estratégias de avaliação dessas políticas.

### **IV. CONTRIBUIÇÃO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA**

- Produto 2:** Fortalecimento das instituições parceiras do programa para exigir e desenvolver ações que garantam a igualdade de gênero e raça;
- Produto 3:** Incorporação dos princípios de igualdade de gênero e raça nas políticas e programas públicos;
- Produto 5:** Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.

##### **Contribuição específica:**

Este projeto contribuirá para a promoção da justiça social nas áreas rurais, tendo como público-alvo as mulheres quilombolas. Haverá redução da "feminização" da pobreza e da desigualdade social pelo engajamento efetivo das mulheres quilombolas que participam do programa de regularização fundiária executado pelo INCRA/MDA, bem como de mulheres quilombolas demandantes de políticas de apoio às atividades produtivas e, portanto, de políticas públicas que as afetam.

### **V. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

A implementação das ações do projeto se dará sob a supervisão da equipe do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA. Esse trabalho será supervisionado por um(a) gerente de projeto e terá a participação de consultores(as). Realizar-se-ão visitas de campo para fins de treinamento e pesquisa. Serão elaborados e apresentados relatórios financeiros e de andamento do projeto.

### **VI. SUSTENTABILIDADE**

O principal objetivo do subprojeto é a promoção de políticas de ampliação do acesso das mulheres quilombolas às atividades produtivas, com equidade de gênero, nos territórios incluídos no programa de regularização fundiária do INCRA/MDA e, como produto dos resultados, a sustentabilidade das ações será apoiada por esse Ministério ao integrar estes às rotinas futuras do MDA e do INCRA.

### **VII. AVALIAÇÃO**

Os resultados do subprojeto serão medidos pelo alcance de uma série de metas e pela realização de várias ações, como:

- a) Oficina de elaboração de metodologia de construção do plano participativo nas atividades produtivas para mulheres quilombolas;



- b) Capacitação nos temas de gênero e raça para gestores(as) regionais do programa e dos(as) secretários(as)-executivos(as) do PRONAF;
- c) Identificação e consolidação de rede nacional de ATER e comércio voltado para mulheres quilombolas;
- d) Capacitação de mulheres multiplicadoras sobre sistema de crédito, orientação sobre o acesso e acompanhamento de projetos produtivos;
- e) Construção de estratégias para comercialização de produtos das mulheres quilombolas;
- f) Produção de material gráfico para campanha de estímulo à participação e ao controle social;
- g) Elaboração de indicadores dos processos de implementação de políticas públicas.

## VIII. PROPOSTA DE ORÇAMENTO

**Recursos solicitados para o programa DFID/UNIFEM: US\$ 97,000.00**

Finalidade	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	Total (US\$)
Consultorias – pessoa física	4,500.00	6,000.00	0,00	10,500.00
Consultorias – pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Diárias (alimentação de participantes em eventos; transporte; diárias e passagens aéreas)	28,665.00	32,769.50	0,00	61,434.50
Serviços Gráficos	0,00	5,000.00	0,00	5,000.00
Diversos (material de expediente e aluguel de salas/equipamento)	10,095.00	9,970.50	0,00	20,065.50
<b>TOTAL</b>	<b>43,260.00</b>	<b>53,740.00</b>	<b>0,00</b>	<b>97,000.00</b>

**TOTAL 3 anos = US\$ 97,000.00**

## PERFIL DO PROJETO

**Título:** Fortalecimento Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

**Duração:** 3 anos

**Agência Implementadora:** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

**Descrição da Agência Implementadora:** Departamento Governamental

**Custo total estimado:** US\$ 90.000,00

**Recursos solicitados ao DFID – Meta 1:** US\$ 50.720,00

## SUMÁRIO

Este projeto tem como objetivo preencher a necessidade de ações e estratégias de apoio à implementação de um modelo de administração pública que incorpore as dimensões de gênero e raça na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e orçamentos públicos no Brasil. O Ministério do Planejamento será um parceiro estratégico no governo federal e estará encarregado de inserir os objetivos do projeto no âmbito das ações governamentais. Outro objetivo é o desenho e refinamento de indicadores e informações relativas às políticas públicas de gênero, assim como o delineamento e a implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação de programas com esse enfoque. Como resultado, espera-se que o governo federal seja realmente capaz de implementar um modelo de administração pública que considere as dimensões de gênero e raça e as inclua em todas as suas políticas.

## DESCRIÇÃO DO PROJETO

### I. ANTECEDENTES

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, em janeiro de 2003, reflete a posição do atual governo federal quanto à necessidade de se ampliar o espaço conquistado pela luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres em defesa dos seus direitos e de políticas públicas correspondentes, conferindo maior visibilidade à questão de gênero, tema que, por sua natureza, perpassa a ação de diferentes setores do governo e da sociedade. Em conformidade com o programa do atual governo federal, a SPM desempenha papel fundamental na conjugação de esforços para garantir uma política de igualdade que, aliada à democracia, à erradicação do analfabetismo e da fome e a outros programas de inclusão, constitui os objetivos centrais do governo. Ao elevar a Secretaria ao *status* de ministério, vinculando-a à Presidência da República, o governo afirma a sua decisão de privilegiar as relações de gênero como tema transversal a todas as políticas que contribuem para o alcance de seus objetivos centrais, bem como dar visibilidade ao papel da mulher na sociedade.

### II. OBJETIVO GERAL

Fortalecer institucionalmente a SPM com vistas a aprimorar sua atuação na promoção da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

### III. OBJETIVOS E ATIVIDADES ESPECÍFICAS

**OBJETIVO 1 - Implantar o primeiro módulo do sistema de indicadores de gênero, em parceria com o IBGE.**



**Atividades:**

- 1.1 Produzir o primeiro módulo do sistema;
- 1.2 Divulgar, disponibilizar e distribuir o primeiro módulo do sistema.

**IV. CONTRIBUIÇÃO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA**

- Produto 2:** Fortalecimento das instituições parceiras do programa para exigir e desenvolver ações que garantam a igualdade de gênero e raça.
- Produto 3:** Incorporação dos princípios de gênero e raça nas políticas e programas públicos.
- Produto 4:** Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.

**V. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

A SPM vai trabalhar em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e o IBGE para assegurar que as ações sejam institucionalizadas e sustentáveis. Os indicadores desenvolvidos serão amplamente divulgados. A SPM vai, ainda, colaborar com outros ministérios e entidades federais para impulsionar a revisão de programas e políticas públicas em áreas selecionadas, de modo a integrar a dimensão de gênero, raça e etnias.

**VI. SUSTENTABILIDADE**

O objetivo maior deste projeto é assegurar mecanismos sustentáveis para a inclusão do enfoque de gênero e raça nas políticas e serviços governamentais. Assim, os resultados poderão ser medidos pela análise dos mecanismos sustentáveis e fundamentados inseridos no Plano Plurianual de Governo.

**VII. AVALIAÇÃO**

Este projeto será avaliado após a validação e divulgação dos indicadores desenvolvidos.

**Observação:** Essas ações serão acompanhadas por outro conjunto de ações que complementam este módulo. O prazo para sua definição é março de 2005.

**VIII. PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

**Recursos solicitados: US\$50,720.00**

Finalidade	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	Total (US\$)
Consultorias – pessoa física	18.350.00	2.350.00	0,00	20.700.00
Consultorias – pessoa jurídica	23.350.00	0,00	0,00	23.350.00
Passagens e Diárias	0.00	0.00	0,00	0.00
Serviços Gráficos (produção e distribuição de CD-ROM)	5.000,00	1.670.00	0,00	6.670.00
Diversos	0.00	0.00	0,00	0.00
<b>TOTAL</b>	<b>46.700.00</b>	<b>4.020.00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.720.00</b>

## PERFIL DO PROJETO

Título: Orçamento Mulher: Controle Social e Equidade de Gênero

Duração: 2 anos

Agência Implementadora: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

Descrição da Agência Implementadora: Organização Não-Governamental

Recursos solicitados ao DFID: US\$180,000.00

### SUMÁRIO

Com base nos ganhos já obtidos com a metodologia desenvolvida no Congresso Nacional para acompanhar as votações dos orçamentos do governo e incluir a igualdade de gênero, este projeto pretende desenvolver um sistema de acompanhamento do gasto público que incorpore os componentes gênero e raça. Também incentivará ações positivas de convencimento dentro do Congresso, com o objetivo de aumentar os recursos para os projetos e programas que promovem a igualdade entre homens e mulheres e entre as mulheres brancas e as afro-brasileiras.

### DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### I. ANTECEDENTES

Desde 1995, o CFEMEA vem participando dos debates do Congresso Nacional, procurando obter subsídios para apresentar emendas ao orçamento federal, visando a conseguir um orçamento equitativo nas questões de gênero. Em 1999, com o apoio do UNICEF, o CFEMEA analisou a saúde da mulher brasileira e descobriu falhas nos compromissos nacionais e internacionais assumidos para desenvolver um orçamento de gênero que alocasse fundos iguais para a saúde, a educação e os serviços públicos dirigidos às mulheres. Com essa evidência, o CFEMEA constatou a necessidade de desenvolver uma metodologia de acompanhamento do orçamento nacional, a fim de incorporar a ele a igualdade de gênero. Em seminário recente sobre essa questão, decidiu-se que a igualdade de raça também deveria ser incluída, para se atingir a igualdade plena e verdadeira na alocação dos recursos nacionais.

#### II. OBJETIVO GERAL

Contribuir para a redução das desigualdades de gênero e raça na sociedade. O alcance deste objetivo se dará por meio de ações que levem o planejamento e o orçamento federais a considerarem a perspectiva de gênero e raça, tanto na sua concepção, quanto na sua execução, monitoramento e avaliação. A metodologia a ser utilizada pretende levar ao maior empoderamento das organizações do movimento de mulheres para o exercício do controle social dos gastos públicos e das políticas governamentais.

#### III. OBJETIVOS E ATIVIDADES ESPECÍFICAS

**OBJETIVO 1 - Aperfeiçoar e continuar a aplicação da metodologia de acompanhamento dos gastos públicos do Orçamento Mulher, com ênfase em saúde (ações do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM e aids) e violência.**

##### Atividades:

- 1.1 Definir programas e metodologias para o seguimento dos gastos públicos na saúde;
- 1.2 Elaborar relatórios periódicos com a execução orçamentária e/ou financeira dos programas, ações, projetos e atividades selecionadas;



- 1.3 Detectar e divulgar possíveis problemas na aplicação dos recursos dos programas selecionados e identificar ações e atores sociais a serem mobilizados;
- 1.4 Elaborar documentos com análises técnicas sobre os gastos da União;
- 1.5 Realizar reuniões semestrais do CFEMEA com as entidades parceiras para planejamento, avaliação e aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados no monitoramento;
- 1.6 Coletar, com entidades parceiras, as informações sobre execução financeira em nível local;
- 1.7 Capacitar a equipe técnica encarregada do projeto no CFEMEA;
- 1.8 Realizar reuniões de capacitação com as organizações parceiras sobre o financiamento das ações de saúde.

**OBJETIVO 2 - Articular as organizações de mulheres em torno da necessidade do controle dos gastos públicos.**

**Atividades:**

- 2.1 Divulgar informações e documentos técnicos, por meio do jornal Fêmea e da página na internet, para entidades governamentais, organizações não-governamentais (ONGs) e parlamentares (federais, estaduais e municipais), sobre a execução orçamentária e/ou financeira dos programas selecionados;
- 2.2 Distribuir informes sobre as peças orçamentárias em discussão no Congresso Nacional;
- 2.3 Divulgar experiências exitosas da incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas;
- 2.4 Divulgar informações e documentos técnicos para a mídia comercial;
- 2.5 Produzir, em articulação com a Rede Saúde, uma cartilha sobre recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS);
- 2.6 Exercer a função de Secretaria-Executiva do Fórum Brasil de Orçamento, com vistas a sensibilizar atores sociais comprometidos com monitoramento dos gastos e transparência orçamentária para a inserção da dimensão de gênero e raça no seu trabalho;
- 2.7 Incentivar as organizações de mulheres a participar do Fórum Brasil de Orçamento – FBO.

**OBJETIVO 3 - Intervir nas discussões das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), tanto no Executivo quanto no Legislativo, buscando a incorporação do enfoque de gênero e raça, como forma de consolidar a democracia e reduzir as desigualdades no país.**

**Atividades:**

- 3.1 Atuar no processo de revisão do PPA;
- 3.2 Participar do processo de discussão da LDO;
- 3.3 Empreender ações de convencimento, com vistas a ampliar os recursos do orçamento previstos para projetos e políticas públicas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.

**IV. CONTRIBUIÇÃO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA**

- Produto 1:** Monitoramento e alteração da alocação dos gastos municipais e federais dirigidos a determinados temas, de modo a introduzir nos programas de governo a igualdade de gênero e raça.
- Produto 2:** Fortalecimento das instituições parceiras do programa para exigir e desenvolver ações que garantam a igualdade de gênero e raça.
- Produto 4:** Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.

#### Contribuições específicas:

- Congressistas (homens e mulheres) conhecendo e valorizando a importância de se incorporar a dimensão de gênero e raça ao orçamento federal, como parte do processo de consolidação democrática e redução das desigualdades sociais;
- Metodologias e instrumentos para monitorar o gasto público desenvolvidos e divulgados entre as organizações de mulheres;
- Movimentos de mulheres fortalecidos e capacitados a exercer o controle social sobre o gasto público com viés de gênero e raça;
- Alocações orçamentárias aumentadas para as ações e políticas públicas que favoreçam a igualdade de gênero e raça.

#### **V. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

Este projeto será implementado diretamente pelo CFEMEA, com a utilização de consultores(as) e subcontratação de instituições especializadas, conforme for necessário. Haverá forte ação de coordenação entre todos os parceiros por parte da SPM, e todas as informações obtidas nas ações de avaliação do PPA, nos esforços de convencimento, nos treinamentos e técnicas, serão compartilhadas entre os parceiros. Os resultados estratégicos também serão compartilhados, sob a forma de relatórios que documentem ações, de materiais de treinamento e de redes com organizações de mulheres, tanto nacional como internacionalmente. O CFEMEA terá papel de destaque no desenvolvimento estratégico da informação/comunicação do programa.

#### **VI. SUSTENTABILIDADE**

O projeto será sustentável em sua determinação e implantação de mecanismos institucionais para permitir o acompanhamento social do gasto público a longo prazo.

#### **VII. AVALIAÇÃO**

A metodologia e outros instrumentos utilizados no processo de análise orçamentária serão revisados na avaliação. Metas específicas serão elaboradas no início do projeto, a fim de se identificar o impacto de uma metodologia-piloto testada em programas selecionados e de se criar um conjunto de indicadores confiáveis para medir os resultados obtidos. O CFEMEA será responsável pela realização de avaliações externas para examinar qualitativamente as análises realizadas pelos parceiros locais nos níveis estadual e municipal.

#### **VIII. PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

##### Recursos solicitados ao DFID: US\$180,000.00

Finalidade	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	Total (US\$)
Consultorias – pessoa física (ações de convencimento)	36,413.45	22,068.62	0.00	58,482.07
Consultorias – pessoa jurídica	3,448.28	3,448.28	0.00	6,896.56
Passagens e Diárias (capacitação e viagens)	6,138.04	6,138.04	0.00	12,276.08
Serviços Gráficos (divulgação e comunicação)	52,758.86	47,103.70	0.00	99,862.54
Diversos	1,241.38	1,241.38	0.00	2,482.76
TOTAL	100,000.00	80,000.00	0.00	180,000.00



## PERFIL DO PROJETO

Título: Gasto Público e Cidadania de Homens e Mulheres

Duração: 18 meses

Agência Implementadora: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Descrição da Agência Implementadora: Organização Não-Governamental

Recursos solicitados ao DFID: US\$120,000.00

### SUMÁRIO

Este projeto tem como objetivo aperfeiçoar os mecanismos de controle social em relação ao orçamento público municipal, mediante a sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema e a criação de instrumentos visando a sua operacionalização.

## DESCRIÇÃO DO PROJETO

### I. ANTECEDENTES

Com base nos avanços legislativos para transparência dos orçamentos públicos (Lei Complementar 101 e Lei de Responsabilidade Fiscal), o IBAM diagnosticou a necessidade de se ilustrar a análise de gênero e raça sob o aspecto comparativo do gasto público local na prestação de serviços a mulheres e homens. Essa análise resultará na avaliação das práticas utilizadas no planejamento e no gasto público e seu impacto (positivo ou negativo) sobre a desigualdade de gênero e raça. Será desenvolvido um conjunto de ferramentas para o acompanhamento do gasto público pelas instâncias locais responsáveis pelas políticas de igualdade.

### II. OBJETIVO GERAL

Aperfeiçoar os mecanismos de controle social mediante a sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema e a criação de instrumentos visando a sua operacionalização.

### III. OBJETIVOS E ATIVIDADES ESPECÍFICAS

**OBJETIVO 1 - Examinar ferramentas e propostas operacionalizadas com base nas experiências desenvolvidas pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU sobre avaliação de programas, bem como as iniciativas de gênero e orçamento apresentadas na América Latina e no Caribe, com apoio do UNIFEM.**

#### **Atividades:**

- 1.1 Examinar metodologias utilizadas para análise de gastos públicos tomando-se como referência fontes secundárias;
- 1.2 Articular e contatar os(as) gestores(as) das experiências identificadas com vistas a apreender os principais desafios enfrentados e soluções adotadas;
- 1.3 Realizar entrevistas *in loco* baseadas em roteiro semi-estruturado com gestores(as) previamente identificados(as) no TCU, para aprofundar aspectos identificados no estudo fundamentado em fontes secundárias;
- 1.4 Sistematizar informações e produzir um documento preliminar que fornecerá subsídios para as demais atividades do projeto, em especial a elaboração de um "Guia de Providências para Gestores Municipais" (título provisório). Não se trata de dar "a última palavra" sobre o tema, porém, de se identificarem, à luz das experiências analisadas,



possibilidades de se utilizarem tais metodologias articulando-as aos enfoques de gênero e raça.

**OBJETIVO 2 - Examinar receitas orçamentárias municipais vinculadas e suas respectivas prestações de contas, tendo como apoio informações normativas e qualitativas fornecidas por gestores(as) de programas, representantes de movimentos sociais e integrantes de processos de Orçamento Participativo – OP.**

**Atividades:**

- 2.1 Levantar informações normativas e legais relacionadas às finanças públicas, para desenvolver um marco referencial sobre a discricionariedade do(a) gestor(a) municipal;
- 2.2 Analisar a legislação pertinente de programas e projetos selecionados e em curso, dos três níveis de governo, e sua articulação com as receitas transferidas, em contraposição às receitas próprias de municípios e dos possíveis graus de autonomia;
- 2.3 Selecionar material empírico para demonstração da análise pretendida, a partir do referencial teórico e normativo relativo às finanças municipais. Será necessário um estudo exploratório baseado nas finanças da cidade do Rio de Janeiro, o qual poderá ser realizado devido à existência, no município, da Controladoria Geral, do Tribunal de Contas e de um sistema de execução orçamentária e contábil (FINCON), criado em 1990 pela Prefeitura. Também é possível encontrar, em CD-ROM, a prestação de contas do município;
- 2.4 Acompanhar o Fórum de Orçamento Popular do Rio de Janeiro, que reúne entidades da sociedade civil e realiza o acompanhamento dos gastos públicos.

**OBJETIVO 3 - Elaborar ferramentas para análise e controle orçamentário segundo as perspectivas de gênero e raça.**

**Atividades:**

- 3.1 Examinar o orçamento de municípios, preferencialmente capitais estaduais, cuja gestão tenha adotado o Orçamento Participativo;
- 3.2 Realizar entrevistas *in loco* com roteiro semi-estruturado e, se possível, grupos focais com gestores(as) municipais, técnicos(as) governamentais, representantes de conselhos municipais, representantes de ONGs, lideranças comunitárias e outros agentes políticos de municípios selecionados que tenham implementado ou consolidado o Orçamento Participativo;
- 3.3 Ler e organizar materiais diversos, dos municípios selecionados, que forneçam elementos para a análise de políticas públicas passíveis de uma abordagem com enfoque em gênero e raça;
- 3.4 Analisar e sistematizar informações coletadas para identificar múltiplas possibilidades de incorporação do enfoque de gênero e raça adotado pelas experiências selecionadas.

**OBJETIVO 4 - Consolidar os conhecimentos e sistematizar os resultados.**

**Atividades:**

- 4.1 Elaborar a versão preliminar do "Guia de providências para gestores(as) municipais" para instrumentalizar os(as) gestores(as) públicos(as) para a incorporação dos enfoques de gênero e raça no processo de implementação de políticas e de elaboração, acompanhamento e controle do orçamento;
- 4.2 Realizar oficina de trabalho para a leitura crítica da versão do documento. A oficina deverá reunir os potenciais usuários do guia (gestores), assim como representantes de movimentos sociais (principais demandantes), cabendo à equipe do IBAM a mediação entre esses papéis e interesses diferenciados;



- 4.3 Revisar o documento com base nas contribuições apresentadas e, posteriormente, elaborar o documento final.

**OBJETIVO 5 - Realizar oficinas de trabalho com gestores(as) de organismos de políticas para as mulheres.**

**Atividades:**

- 5.1 Identificar rede de gestores(as) de organismos de políticas para as mulheres (conselhos, secretarias, assessorias, coordenadorias, etc.) para participar das oficinas de trabalho;
- 5.2 Preparar e executar até três oficinas de trabalho visando à aplicação e uso do Guia segundo o cotidiano das organizações selecionadas.

**IV. CONTRIBUIÇÃO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA**

**Produto 1:** Monitoramento e alteração da alocação dos gastos municipais e federais dirigidos a determinados temas, para se introduzir nos programas de governo a igualdade de gênero e raça.

**Produto 2:** Fortalecimento das instituições parceiras do programa para se exigirem e desenvolverem ações que garantam a igualdade de gênero e raça.

**Produto 4:** Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.

**Contribuições específicas:**

- Estreita articulação entre as políticas públicas e a elaboração, a execução e o acompanhamento dos orçamentos municipais, com ênfase em gênero e raça.
- Melhor entendimento do gasto público, de maneira a identificar-se até que ponto e como as desigualdades de gênero e raça podem ser minimizadas pela adoção de políticas e programas e pela alocação de recursos e execução de ações.

**V. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

Este projeto será implementado no período de 18 meses, diretamente sob a supervisão do IBAM. Uma equipe interna do órgão, sob a responsabilidade da Coordenação do Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas, bem como consultores(as) que serão contratados(as), se responsabilizarão pela implementação das atividades do projeto. Os recursos deste permitirão a realização de viagens, reuniões e publicações.

**VI. SUSTENTABILIDADE**

O propósito do projeto é influenciar as políticas públicas locais para se conseguir a melhor aplicação do gasto público municipal. Por meio do envolvimento de ONGs e das instâncias locais responsáveis pelas políticas de igualdade, modificações na sistemática de elaboração e controle dos gastos poderão ser implementadas.

**VII. AVALIAÇÃO**

A avaliação se baseará na análise dos documentos originados, em relatórios de oficinas de trabalho e em outros encontros, como também na análise do envolvimento dos parceiros locais.

## VIII. PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Recursos solicitados ao DFID: US\$120,000.00

Finalidade	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	Total (US\$)
Consultorias – pessoa física (RH)	26,000.00	60,000.00	11,000.00	97,000.00
Consultorias – pessoa física (outros serviços de terceiros)	850.00	4,500.00	0.00	5,350.00
Passagens e Diárias	1,950.00	7,000.00	2,500.00	11,450.00
Serviços Gráficos	0.00	0.00	0.00	0.00
Diversos (material de consumo e outros)	1,200.00	4,500.00	500.00	6,200.00
TOTAL	30,000.00	76,000.00	14,000.00	120,000.00

Contrapartida do IBAM: US\$25,500.00

Infra-estrutura (salas, auditório, sala de conferências, equipamentos de multimídia, etc.), biblioteca, arquivos, telefones, fax e serviços de computação (incluindo internet, impressoras, etc.)



## PERFIL DO PROJETO

Título: Saúde da População Negra: Ações Afirmativas para Avançar na Equidade

Duração: 2 anos

Agência Implementadora: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Descrição da Agência Implementadora: Departamento Governamental

Custo total estimado: US\$90,000.00

Recursos solicitados ao DFID - Meta 1: US\$40,000.00

### SUMÁRIO

O objetivo deste projeto é o fortalecimento da capacidade institucional da SEPPIR para desenvolver, promover, monitorar e assegurar a implementação de políticas para a igualdade racial no país, com especial atenção aos componentes de políticas de saúde para a população negra.

### DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### I. ANTECEDENTES

Em 21 de março de 2003, "Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial", o governo federal criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), *que tem como competência a coordenação de políticas afirmativas para a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminações e demais formas de intolerâncias.* O ato é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Social Negro Brasileiro e da necessidade de se estabelecerem iniciativas contra as desigualdades raciais no país.

Como antecedentes dessa conquista, a população negra brasileira percorreu um longo caminho, que se iniciou na resistência da população africana, submetida ao regime escravista, e chegou, no final do século XIX, à abolição do trabalho escravo. No século XX, esse caminho passou pela participação da população negra nas lutas do povo brasileiro por democracia e justiça social, por meio da organização política dos movimentos negros, culminando com a "Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida", em novembro de 1995, que reuniu cerca de 30 mil pessoas na cidade de Brasília. As mulheres negras, em particular, estão constituídas em grupo desde os anos 90 e, atualmente, várias de suas organizações compõem a Articulação Brasileira de Mulheres Negras, que tem potencializado a ação do movimento dessas mulheres.

A mobilização organizada pelo Movimento Negro tem propiciado a articulação de projetos institucionais voltados para os direitos culturais, econômicos e sociais da população negra brasileira. Nessa perspectiva, outra iniciativa importante que consolidou a necessidade de um organismo de poder político destinado à implementação de políticas de promoção de igualdade racial foi a participação intensa e ativa dos movimentos sociais e do governo brasileiro na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001.

O Plano de Ação aprovado naquela conferência, além de fortalecer o processo político para a criação da SEPPIR, tornou-se uma referência importante para as frentes de atuação da



Secretaria que, como órgão de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial, tem por missão:

- Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade;
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais, assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e ao combate à discriminação racial ou étnica.

Em 20 de novembro de 2003 foi lançada pelo governo brasileiro a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instrumento político que enfrentará o imenso desafio de eliminar a secular desigualdade racial que, no Brasil, afetou vários grupos, especialmente a população negra, pela implementação de políticas públicas relativas a trabalho, emprego e renda, cultura e comunicação, educação, saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais. Portanto, a SEPPIR tem compromisso efetivo com a construção de uma política de governo destinada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados.

## II. OBJETIVO GERAL

Fortalecer a capacidade institucional da SEPPIR para desenvolver, promover, monitorar e assegurar a implementação de políticas para a igualdade racial no país, com especial atenção aos componentes de políticas de saúde para a população negra.

## III. OBJETIVOS E ATIVIDADES ESPECÍFICAS

**OBJETIVO 1 - Estabelecer estratégias para implementar e monitorar o Plano Nacional de Saúde com o recorte de gênero e raça.**

### Atividades:

- 1.1 Apoiar a participação de um grupo de especialistas no processo de elaboração do Plano Nacional de Saúde, para subsidiar o Ministério da Saúde na identificação de agravos/problemas prioritários que acometem a população negra, considerando-se as relações de gênero no estabelecimento de linhas de atenção preferenciais e de indicadores e regiões prioritários, assim como na detecção de problemas de gestão relacionados aos principais agravos e problemas de saúde;
- 1.2 Implementar o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, composto de pesquisadores e ativistas da luta anti-racista e de representantes da SEPPIR, em caráter permanente, no âmbito da estrutura do Ministério da Saúde, para a formulação, o monitoramento e a avaliação de estratégias da Política Nacional de Saúde da População Negra;
- 1.3 Constituir estratégias pelo segmento da sociedade civil que compõe o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, por meio de reuniões periódicas desses representantes, a fim de gerar, articular e divulgar informações para gestores(as) e movimentos sociais sobre o andamento das decisões do Comitê Técnico, publicando boletins informativos.



**OBJETIVO 2 - Sistematizar a memória do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra, com ênfase na saúde da mulher negra.**

**Atividades:**

- 2.1 Organizar a memória do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra, o qual tem uma função estratégica na articulação das ações de gestão que operacionalizam as diretrizes do Plano Nacional de Saúde pela implementação do recorte racial e pela incorporação do quesito raça/cor no processo de estruturação, desenvolvimento e avaliação das condições para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- 2.2 Apoiar a edição de um livro que contemple: as discussões, as experiências apresentadas e bem-sucedidas na atenção à saúde da população negra, as deliberações, o resgate do processo de construção dessas ações e o papel do movimento negro, em particular das mulheres negras. Esse livro constituirá um instrumento para monitoramento e avaliação da implementação das decisões do 1º Seminário. Sua publicação ficará a cargo da SEPPIR e do Ministério da Saúde e contará com o apoio deste projeto para a fase de edição do material.

**IV. CONTRIBUIÇÃO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA**

**Produto 2:** Fortalecimento das instituições parceiras do programa para se exigirem e desenvolverem ações que garantam a igualdade de gênero e raça.

**Produto 3:** Incorporação dos princípios de igualdade de gênero e raça nas políticas e programas públicos.

**Produto 4:** Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.

**V. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

Este projeto será implementado pela SEPPIR em estreita parceria com o Ministério da Saúde. O projeto propõe a inserção do recorte de gênero e raça no Plano Nacional de Saúde, com o estabelecimento de prioridades que considerem as desigualdades de gênero e raça, e metas objetivas de superação destas, identificando e respeitando as diferenças regionais. Insere-se no âmbito da transversalidade da promoção da igualdade de gênero e raça no campo da política pública de saúde, que envolve relações institucionais entre a SEPPIR, o Ministério da Saúde e pesquisadoras(es) negras(os) e ativistas do campo da saúde da população negra, de modo a consolidar uma Política Nacional de Saúde da População Negra nos organismos e instâncias do SUS.

**VI. SUSTENTABILIDADE**

O processo desencadeado pelas ações deste projeto se consolidará em torno da pactuação de todos os segmentos envolvidos na implementação e consolidação do SUS, gestores(as), trabalhadoras(es) e usuárias(es), inclusive as organizações do movimento negro e de mulheres negras.

**VII. AVALIAÇÃO**

A avaliação do projeto se baseará no cumprimento das metas predeterminadas:

- a) Adotada e disseminada a política de saúde com dimensão de gênero e raça;
- b) Efetivado o controle social no acompanhamento da política de saúde para a população negra pelas organizações de mulheres negras;
- c) Publicada pelo Ministério da Saúde e pela SEPPIR a Memória do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra;
- d) Realizadas reuniões periódicas dos(as) representantes da sociedade civil para analisar e avaliar a atividade do Comitê Técnico; boletins correspondentes publicados.

Observação: Uma segunda meta, a ser apresentada até março de 2005, deverá ser incorporada a esta proposta.

#### VIII. PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Recursos solicitados ao DFID: US\$40,000.00

Finalidade	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	Total (US\$)
Consultorias – pessoa física	9,067.00	0.00	0.00	9,067.00
Consultorias – pessoa jurídica	0.00	0.00	0.00	0.00
Passagens e Diárias (viagens)	29,166.00	0.00	0.00	29,166.00
Serviços Gráficos	0.00	0.00	0.00	0.00
Diversos	1,767.00	0.00	0.00	1,767.00
TOTAL	40,000.00	0.00	0.00	40,000.00



# ANEXO V - PLANO DE TRABALHO 2004/2005/2006 E RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

PRODUTO	ATIVIDADES (Parceiros)	2004 (Trimestres)				2005 (Trimestres)				2006 (Trimestres)	
		1	2	3	4	1	2	3	4		
1. Monitoramento e alteração da alocação de gastos municipais e federais dirigidos a determinados temas, para se introduzir nos programas de governo a igualdade de gênero e raça.	Desenvolver e aplicar metodologia de análise e monitoramento dos gastos do orçamento público da saúde, em âmbito federal, com a perspectiva de gênero (CFEMEA).	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Desenvolver ferramentas para análise e monitoramento do orçamento, em âmbito local, que incorporem as dimensões de gênero e raça (IBAM).			X	X	X	X	X	X		
	Proceder a análises das contas públicas, em âmbito local, com as dimensões de gênero e raça, e consolidar os resultados em, pelo menos, três municípios (IBAM).			X	X	X	X	X	X		
	Sistematizar instrumentos, processos e resultados de iniciativas de orçamentos com perspectiva de gênero, com foco na análise, mobilização, institucionalização e participação.	X	X								
	Apoiar ações de mobilização e articulação de organizações de mulheres para monitorar os gastos públicos com a dimensão de gênero, bem como elaborar relatórios periódicos e informes com os resultados da análise do orçamento público com as dimensões de gênero e raça e execução orçamentária e/ou financeira dos programas, ações, projetos e atividades selecionados (CFEMEA).	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Implementar estratégias para influenciar o processo de revisão do PPA e discussão da LOA para a inclusão das dimensões de gênero e raça (CFEMEA).	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Realizar oficinas de trabalho para gestoras públicas das coordenadorias/conselhos/secretarias da mulher, buscando influenciar as políticas públicas e orçamentos locais (IBAM).					X	X	X	X		
	Organizar um seminário internacional para troca de conhecimentos sobre iniciativas de orçamento com perspectivas de gênero na América Latina e no Caribe com representantes do governo, da sociedade civil e de organizações e agências de desenvolvimento internacional.		X	X							

PRODUTO	ATIVIDADES (Parceiros)									
2. Fortalecimento das instituições parceiras do programa para se exigirem e desenvolverem ações que garantam a igualdade de gênero e raça.	Fortalecer a capacidade gerencial e técnica das gestoras públicas, em âmbito nacional e local, nas questões da interseção de gênero e raça.	1	2	3	4	1	2	3	4	1
	Desenvolver e implantar o primeiro módulo do sistema de monitoramento de indicadores de gênero, em parceria com o IBGE (SPM).	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produzir relatórios e disseminar informações e indicadores disponíveis sobre a situação das mulheres destinados à utilização por gestores(as) públicos(as) (SPM).			X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer a capacidade das organizações de mulheres brasileiras e redes, incluindo ONGs de mulheres negras, para influenciar mecanismos de prestação de contas.			X	X	X	X	X	X	X

PRODUTO	ATIVIDADES (Parceiros)										
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	
3. Incorporação dos princípios de igualdade de gênero e raça nas políticas e programas públicos.	Desenvolver e implementar estratégias para a incorporação das dimensões de gênero e raça em, pelo menos, três ministérios (SPM).			X	X	X	X		X	X	
	Formular políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para as mulheres quilombolas, com a perspectiva de gênero (MDA).			X	X	X	X		X	X	
	Desenvolver metodologias e ferramentas, com a perspectiva de gênero, para aumentar o acesso das mulheres quilombolas ao crédito e a outros benefícios (MDA).			X	X	X	X		X	X	
	Empreender esforços para incorporar as dimensões de gênero e raça no Plano Nacional de Saúde (SEPPIR).				X	X					
	Estabelecer cooperação técnica com países africanos para troca de experiências quanto à incorporação das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas (SEPPIR).			X	X	X	X		X	X	

PRODUTO	ATIVIDADES (Parceiros)									
4.	Organizar oficinas de trabalho sobre as metodologias de controle do orçamento público.									
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	
							X	X	X	



Consolidação e ampla divulgação das experiências e lições aprendidas.	Compartilhar ferramentas, melhores práticas e lições aprendidas sobre iniciativas de orçamento com perspectiva de gênero, bem como disseminar estudos sobre gênero e economia entre representantes do governo, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento internacional.							X	X	X	X	X
	Consolidar e disseminar lições aprendidas quanto à inserção das perspectivas de gênero e raça na formulação de políticas públicas.				X			X	X	X	X	X
	Publicar os resultados dos seminários, oficinas de trabalho e estudos conduzidos pelo UNIFEM e parceiros no âmbito do programa.							X	X	X	X	X
	Organizar curso sobre gênero e macroeconomia.					X	X					
	Organizar seminário virtual sobre gênero e economia (FLACSO/PRIGEPP).					X	X					

Observação: - quando não há identificação da entidade responsável a atividade será realizada pela Coordenação do Programa com as entidades.

## ANEXO VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério de Assuntos Sociais/IBAM, Núcleo de Estudos Mulher e Políticas /Instituto de La Mujer. *Género y Desarrollo Institucional en ONGs*, Rio de Janeiro 1995.
2. BRASIL. Ministério da Saúde - Coordenação Nacional de DST e Aids. *III Congresso Brasileiro de Prevenção em DST/Aids*, 1999.
3. ARATIJO, Maria José de Oliveira, VILLELA, Wilza Vicira. *A Situação Atual das Mulheres Brasileiras*. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1998.
4. BRASIL. UNIFEM - Escritório do Brasil e do Cone Sul. *UNIFEM - Plano Triannual*, 2001.
5. AMADEO, E., CAMARGO, J.M., GONZAGA, G. *et al. A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980*. Rio de Janeiro, IPEA, 1994. (Documento para Discussão No. 353).
6. VON AMSBERG, J. *The Poverty Targeting of Social Spending in Brazil*, World Bank, Brazil Country Management Unit. Brasília, 1999 (mimeo.).
7. GARRIDO, L. *Índice de los Compromisos Cumplidos de Género en América Latina*. Cotidiano Mujer, 2000.
8. MORRISON, A.R, BIEHL, M.L. *El Costo del Silencio, Violencia Doméstica en las Américas*. IDB, 1999.
9. BRASIL. IBAM/UNICEF. *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, 1991.
10. BRASIL. The British Council/IBAM. *Gênero e ONGs. Propostas para o Fortalecimento Institucional*, 1997.
11. BRASIL.- Fundação Ford/IBAM. *Democratização dos Poderes Municipais e a Questão de Género*. v. 7, 1997. (Série Experiências Inovadoras)
12. CAMARGO, J.M, FERREIRA, F.H.G. *The Poverty Reduction Strategy of the Government of Brazil: A Rapid Appraisal. A Contribution to the UNDP's Second Global Poverty Report*, 1999.
13. SOARES, Vera. *Projeto Vila-Bairro: impacto nas relações de gênero?*, Governo Local e desigualdade de gênero, Camarotti, I., SINK, P.; ( org.), Editora Annablume São Paulo, 2003.